

# Juven- tudes

● UM DESAFIO  
● PENDENTE

Estudos sobre  
as Juventudes  
na América Latina  
e no Caribe

BRASIL

INFORME NACIONAL

ELISA GUARANÁ, SEVERINE MACEDO,  
OLIVIA PEREZ e WILLIAN HABERMANN  
NOVEMBRO 2025



Friedrich  
Ebert   
Stiftung

DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS  
JUVENTUDES: UM DESAFIO PENDENTE

INFORME NACIONAL

# UMA ANÁLISE SOBRE DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E POSICIONAMENTO POLÍTICO DAS JUVENTUDES NO BRASIL

# BRASIL

Friedrich  
Ebert   
Stiftung

# ÍNDICE

|                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>SOBRE JUVENTUDES: UM DESAFIO PENDENTE</b>                                | <b>04</b> |
| <b>APRESENTAÇÃO</b>                                                         | <b>06</b> |
| <b>RESUMO EXECUTIVO</b>                                                     | <b>07</b> |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>                                                        | <b>09</b> |
| <b>2. METODOLOGIA</b>                                                       | <b>12</b> |
| <b>3. CONDIÇÃO JUVENIL NO BRASIL: permanências, rupturas e expectativas</b> | <b>15</b> |
| <b>4. VISÕES SOBRE O BRASIL: papel do Estado e políticas públicas</b>       | <b>23</b> |
| <b>5. IDEOLOGIA, POSICIONAMENTO POLÍTICO E DEMOCRACIA</b>                   | <b>31</b> |
| Ideologias e posicionamento político                                        | 31        |
| Visões sobre a democracia no Brasil                                         | 33        |
| Visões sobre direitos, papel do Estado e comportamentos                     | 35        |
| Visões sobre gênero                                                         | 38        |
| <b>6. CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b>                | <b>41</b> |
| <b>7. MOBILIZAÇÃO EM REDES E ACESSO À INFORMAÇÃO</b>                        | <b>52</b> |
| <b>CONCLUSÕES</b>                                                           | <b>60</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                          | <b>63</b> |

# SOBRE JUVENTUDES: UM DESAFIO PENDENTE

A América Latina e o Caribe são caracterizadas como uma das regiões mais jovens do mundo, sendo a idade média de seus habitantes de 29 anos. De acordo com os resultados da pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente** – Pesquisa sobre a participação e posicionamento político das juventudes na América Latina e no Caribe – há uma tendência que entre 50% e 70% dos jovens consideram o voto como uma ferramenta para transformar a realidade de seus países (FES, 2024).

No entanto, essas juventudes estão longe de serem representadas de forma proporcional nos espaços de tomada de decisão, e a relação entre juventude e poder político tem variado entre momentos de forte protagonismo e outros de invisibilização. Essa dinâmica reflete tanto o potencial das juventudes quanto a persistência de barreiras estruturais que dificultam sua plena participação.

Além disso, os dados da pesquisa mostram que, em nível regional, embora a maioria dos jovens considere a democracia como a melhor forma de governo, nem todos estão satisfeitos com seu funcionamento, o que exige uma reflexão sobre os mecanismos de participação, a confiança nas instituições, o papel dos partidos políticos e as reais possibilidades de resposta aos problemas enfrentados.

A pesquisa revela que as juventudes da América Latina e do Caribe enfrentam um contexto sociopolítico marcado por profundas desigualdades, acesso limitado ou inexistente a serviços públicos

como saúde e educação, aumento da corrupção, violência e crescimento de fenômenos autoritários.

Diante desse cenário, é importante destacar que a participação política das juventudes na região tem sido complexa e diversa. Existem várias hipóteses sobre sua participação e posicionamento político. Longe de ser um grupo homogêneo, as juventudes latino-americanas têm sido caracterizadas, por um lado, como agentes de mudança e progressistas e, por outro, como apáticas, desinteressadas ou meramente influenciadas pelas redes sociais.

Para compreender esse universo, a **Friedrich Ebert Stiftung (FES)** apresenta o projeto regional **Juventudes: Um Desafio Pendente**, uma pesquisa com o objetivo de levantar dados e informações sólidas e atualizadas sobre a participação, os posicionamentos e as demandas políticas das juventudes na região. Como resultado, espera-se que essas informações possam ser debatidas e aprofundadas com partidos, sindicatos, coletivos juvenis e organizações comprometidas com o fortalecimento da democracia e da justiça social.

A pesquisa foi realizada em 14 países da região, em 2024, procurando captar as posições políticas das juventudes em relação à democracia, suas formas de participação e sua percepção sobre as agendas políticas atuais. Trata-se de uma das maiores pesquisas sobre juventude e política na região, com cerca de 22.000 questionários aplicados, permitindo uma análise comparativa da relação das juventudes com a política em suas diversas expressões.

Foram analisados os dados em cada um dos países participantes e elaborado um relatório nacional com um panorama dos principais achados. Da mesma forma, os dados estão reunidos em um relatório regional e podem ser consultados no site do projeto [www.juventudesFES.org](http://www.juventudesFES.org), disponível em espanhol, português e inglês.

Agradecemos o trabalho dos autores e autoras dos relatórios de cada um dos países, em cooperação com os escritórios da FES. Agradecemos igualmente

o trabalho da equipe regional de especialistas em juventudes que contribuíram com uma leitura analítica e clara dos resultados.

Nosso agradecimento e reconhecimento especial a todos os jovens que participaram deste processo e àqueles que, por meio de seu ativismo, militância e compromisso com diversas organizações, demonstram que uma ação política com justiça social é possível.

**Dr. Constantin Groll**

Representante da FES no Equador e responsável pelo projeto

**Anabel Bilbao García**

Coordenadora de projetos da FES Equador e coordenadora regional do projeto



# APRESENTAÇÃO

O escritório da Fundação Friedrich Ebert no Brasil (FES Brasil) dedica-se às questões sociopolíticas centrais do país e coopera com outros escritórios da Fundação na América Latina e no mundo. Seu propósito é contribuir para o fortalecimento da democracia e da justiça social, apoiar sindicatos livres e representativos, defender os direitos humanos e promover a igualdade étnico-racial e de gênero. Para isso, a FES Brasil acompanha, fomenta e apoia a formação e a consolidação de estruturas da sociedade civil e do Estado, com uma atuação também focada nas juventudes.

A FES Brasil parte do princípio de que a participação ativa das juventudes na política e nos espaços de decisão é uma necessidade do presente, e não apenas uma promessa de futuro. Por isso, acredita ser um compromisso coletivo da sociedade reconhecer, fortalecer e oportunizar os jovens como agentes políticos e sujeitos de direito. Para projetar um horizonte de mudanças positivas, é fundamental resgatar boas práticas, mas sobretudo construir uma agenda igualitária e de futuro, que valorize novas formas de ação e reconheça o protagonismo das juventudes na construção democrática.

É nesse marco que apresentamos o informe nacional da pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente**, que reúne percepções, posicionamentos e demandas das juventudes brasileiras, com o objetivo de contribuir com subsídios para o fortalecimento da democracia e para o desenho de políticas públicas capazes de responder às realidades e aspirações das novas gerações.

Mais do que números, este relatório nos convida a refletir sobre os sentidos da democracia vividos pelas juventudes e sobre os desafios que se colocam para ampliar sua participação política e social. É também um chamado à ação para governos, instituições, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, no sentido de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e protagonistas na construção de alternativas para um futuro mais justo, sustentável e democrático, pois sem a participação ativa das juventudes não há democracia.

Esperamos que este documento contribua para o debate público e sirva como ferramenta para fortalecer políticas, estratégias e iniciativas que ampliem as vozes das juventudes e respondam às suas demandas, ajudando a transformar potencial em realidade.

**Jan Souverein**

Representante e diretor-geral da FES Brasil

**Willian Habermann**

Diretor de projetos da FES Brasil



# RESUMO EXECUTIVO

Este informe apresenta uma análise detalhada sobre as percepções, atitudes e posicionamentos políticos das juventudes no Brasil e permite compreender como essa geração interpreta a democracia, o papel do Estado e as desigualdades sociais em um país marcado por transformações políticas profundas. Os resultados revelam um quadro de forte esperança em meio a adversidades, combinando valores progressistas e conservadores, baixa confiança institucional, precarização do trabalho e altos níveis de engajamento digital. A seguir, destacam-se os principais achados do estudo:

## Satisfação pessoal e desencanto com o país

As juventudes brasileiras expressam altos níveis de satisfação pessoal, 68% estão satisfeitos com a sua vida em geral e 70% com suas relações familiares. Mas ao mesmo tempo também demonstram forte insatisfação com a economia (46%) e a situação do país (55%). Esses dados refletem os impactos das desigualdades históricas e das reformas que, após 2016, intensificaram a precarização do trabalho e cortaram direitos sociais.

Apesar das dificuldades, a educação é uma área com avaliações positivas: 58% das juventudes avaliam positivamente o ensino recebido. No entanto, o mercado de trabalho segue marcado pela precariedade e pela desigualdade: apenas 36% dos jovens de 18 a 35 anos têm emprego estável, com disparidades entre classes sociais, gênero e raça. Ainda assim, 88% dos entrevistados acreditam que seu futuro será melhor, isso reflete que, mesmo na adversidade, as juventudes mantêm viva a expectativa de transformação social.

## Principais preocupações e demandas sociais

As principais preocupações das juventudes brasileiras são pobreza, desemprego e a insegurança (61%), seguidas por violência de gênero, drogas e corrupção. As jovens mulheres se mostram mais sensíveis às desigualdades, com 65% destacando a importância de políticas de saúde, educação e combate à pobreza. A insegurança é um tema central: entre 2012 e 2021, 298 mil jovens foram assassinados, sendo 76% deles negros, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esses números reforçam a urgência de políticas de prevenção à violência e combate ao racismo estrutural. Ainda assim, a maioria continua apostando no Estado como ator central para enfrentar desigualdades e garantir um futuro mais justo, embora o faça desde uma visão crítica e com crescente desconfiança em relação às instituições.

## Ideologia, política e democracia

A maioria das juventudes apoia a democracia (66%), mas 58% acreditam na necessidade de líderes fortes e 49% defendem uma democracia sem partidos, sinalizando tensões entre valores democráticos e autoritários. No espectro ideológico, 44% se identificam com o centro, 38% com a direita (dos quais 17% com a extrema direita) e 18% com a esquerda. As mulheres tendem a se posicionar mais à esquerda (20%) e a adotar visões mais progressistas, enquanto os homens aparecem mais alinhados à direita e a valores tradicionais.

Em síntese, as juventudes brasileiras movimentam-se num terreno ambíguo, onde convivem demandas progressistas com adesões conservadoras, configurando um panorama político em disputa constante.

### Confiança nas instituições

A pesquisa revela uma crise de confiança nas instituições políticas tradicionais. 57% não confiam nos partidos, 45% desconfiam da Presidência e 42% do Legislativo. Em contrapartida, universidades, igrejas e meios de comunicação aparecem como instituições de maior confiança. A raça é um fator determinante: jovens negros expressam maior desconfiança na polícia e no sistema judiciário, refletindo a histórica desigualdade racial e o impacto da violência institucional.

Apesar da descrença, a maioria demonstra confiança intermediária nas instituições, sugerindo não uma rejeição total ao sistema, mas uma atitude crítica e reformista em relação à democracia.

### Participação política e engajamento social

O interesse direto pela política é moderado: apenas 25% afirmam ter muito ou bastante interesse, com maior engajamento entre jovens de classes mais altas. A militância partidária e sindical é limitada, mas há envolvimento em causas específicas, a defesa da família (26%), meio ambiente (22%), direitos das juventudes (15%), movimentos antirracistas (13%) e feminismo (12%). Chama a atenção o fato de que 19% dos jovens não militam, mas gostariam de fazê-lo, revelando um potencial de mobilização.

### Juventudes digitais e novas formas de engajamento

As redes sociais ocupam lugar central na vida das juventudes brasileiras, tanto para se informar quanto para se expressar. A maioria dos jovens consome notícias com frequência, 93% o faz diariamente ou várias vezes por semana e as redes são sua principal fonte de informação política (57%), seguidas pela televisão (45%) e por plataformas como YouTube ou WhatsApp. No entanto, o uso desses espaços continua sendo majoritariamente para entretenimento ou interações passivas, o que limita o potencial de ação política direta.

Em termos de mobilização, os jovens tendem a participar mais de ações de baixa demanda, como reagir, compartilhar ou comentar publicações, enquanto atividades mais proativas, como criar campanhas, escrever blogs ou produzir memes políticos, têm adesão muito baixa.

### Esperança, diversidade e futuro democrático

A pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente** mostra que as juventudes brasileiras vivem entre o desencanto institucional e a esperança social. Elas combinam visões críticas, demandas por igualdade e desejo de transformação, ainda que por meios não convencionais. A defesa da democracia, da diversidade e dos direitos sociais convive com tensões conservadoras, compondo um mosaico de identidades e valores em disputa.

Reconhecer as juventudes como sujeitos políticos plenos e desenvolver políticas públicas inclusivas e interseccionais é essencial para que suas vozes se traduzam em ação coletiva. Em um cenário de desigualdades persistentes, a esperança das juventudes é também uma força política, capaz de renovar a democracia brasileira e impulsionar um futuro mais justo e participativo.



# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país formado por jovens: são 48.5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, ou seja, um quarto da sociedade brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022b). A construção de direitos para as juventudes, no entanto, tem oscilado conforme as orientações governamentais.

Retomando de forma breve o histórico político institucional do Brasil nos anos recentes, é importante assinalar que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente, até 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e, novamente, a partir de 2023, quando Lula retorna à presidência. Nos anos em que o PT permaneceu no governo federal, a relação entre movimentos sociais e o Estado foi intensa. Foram criadas normativas e políticas públicas voltadas a grupos mais sujeitos a opressões sociais, como populações indígenas, idosos, negros, mulheres e juventudes e, como resultados desses esforços, foram criados em 2005, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), através da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e da Política Nacional de Juventude (PNJ), além da promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013 (Lei 12.852/13).

A conjuntura começou a se alterar no início dos anos de 2010 e o marco foram as Jornadas de Junho de 2013, o maior ciclo de protestos da história recente do país. Naquele mês, milhares de brasileiros e brasileiras foram às ruas com

pautas diversas, que incluíam o direito à cidade, o reconhecimento de direitos para mulheres, negros, população LGBTQIA+, além de críticas ao governo. Mais de 10 anos após esse importante movimento de massas, diferentes percepções e leituras se apresentam sobre o que foi o ciclo de protestos e como eles foram transformados e transformaram as juventudes (Gohn, 2016; Altman; Carlotto, 2023; Castro, 2023; Perez, 2014).

Os protestos não se encerraram em junho de 2013; pelo contrário, se multiplicaram. Em agosto de 2016, a então presidenta eleita pelo PT, Dilma Rousseff, foi afastada de seu cargo, enquanto Lula foi preso em 2018<sup>1</sup>. No lugar de Dilma, assumiu seu vice, Michel Temer (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, agora MDB), com projetos mais à direita no espectro político e ideológico. No pleito seguinte, Jair Bolsonaro (à época filiado ao Partido Social Liberal, PSL) foi eleito presidente do Brasil, marcando a ascensão da extrema direita ao governo federal. O Brasil passou, então, a viver outro ciclo político. As políticas públicas de juventude foram fortemente impactadas nos governos Temer e Bolsonaro, com cortes de orçamento e descontinuidade de programas (Castro, Oliveira e Rico; 2024).

Foi nesse cenário de intensas disputas que a pandemia de COVID-19 atingiu o Brasil, no início de 2020. O país foi palco de uma verdadeira tragédia, com quase 700 mil mortos durante o governo Bolsonaro (Ministério da Saúde, 2024). As juventudes foram duramente impactadas, não apenas pelas perdas materiais e familiares, mas

---

<sup>1</sup> A construção do processo de impeachment e seu desfecho, com forte participação da mídia e do bloco político que se forma após sua reeleição em 2014, podem ser definidos como um golpe político. O impeachment foi finalizado sem que os supostos crimes de responsabilidade tenham sido confirmados. (Benevides et al., 2018). Após 580 dias de prisão, Lula foi libertado e, em 2021, foi inocentado pelo Supremo Tribunal Federal.

também pelo agravamento das condições de vulnerabilidade social, educacional e no mercado de trabalho. Em especial, a saúde mental se tornou um dos principais desafios, marcada pelo aumento de casos de ansiedade, depressão e sentimento de insegurança quanto ao futuro.

Lula foi eleito novamente presidente do Brasil em 2022. Já na proposta da chapa Lula-Alckmin (Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil), havia um destaque para a necessidade de políticas públicas que garantissem qualificação, qualidade de ensino, segurança e oportunidades de trabalho para as juventudes.

A eleição de Lula e do PT, porém, não significou o arrefecimento da direita no Brasil. Logo após sua posse (1º de janeiro de 2023) houve uma tentativa de golpe de Estado. Em 8 de janeiro de 2023, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília, em protesto contra a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Alegando fraude eleitoral sem evidências, os manifestantes tentaram desestabilizar o governo democraticamente eleito. A ação foi contida pelas forças de segurança no mesmo dia, com centenas de prisões e ampla condenação nacional e internacional. Em novembro de 2024 a Polícia Federal entregou para o Supremo Tribunal Federal o indiciamento de integrantes do governo Bolsonaro, das forças armadas e o próprio ex-presidente da república, por organização criminosa, tentativa de golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, com um plano de assassinato do presidente Lula, do vice-presidente Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal e então presidente do

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes.

Em síntese, em pouco mais de uma década vivemos intensas mudanças: o governo petista na esfera federal (2003 a 2016), o ciclo de protestos conhecidos como Junho de 2013, o impeachment da presidenta Dilma (2016), a eleição do presidente Bolsonaro (2018), a eleição do presidente Lula (2022) e a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Em todos esses momentos observamos a participação ativa das juventudes.

As intensas alterações no recente cenário político em países da América Latina e do Caribe apontam preocupações antigas e novas. Com alternâncias entre governos progressistas e governos de cunho autoritário, um dos elementos mais observados é a ascensão da extrema-direita (Messenberg, 2019; Pignataro; Tremínio; Chavarría-Mora, 2021; Semán, 2023; Castro, 2024)<sup>2</sup>. O quadro tende a se complexificar com pesquisas que apontam o crescente desinteresse na política e na filiação partidária, que também se manifesta nas juventudes de países da região (Araújo; Perez, 2021). As transformações no projeto político que ocupa o centro do poder no país evidenciam a diversidade de posicionamentos existentes na sociedade brasileira, que também se manifesta entre as juventudes, que a reproduzem e, ao mesmo tempo, a reforçam. Reconhecer essa pluralidade é fundamental para compreender quem são e como pensam as juventudes no Brasil.

As juventudes não podem ser entendidas como categorias estanques e homogêneas conforme a faixa etária dos indivíduos. Ser jovem se altera conforme o contexto social e o momento histórico.

---

2 A definição ideológica de esquerda à extrema-direita tem sido alvo de esforços interpretativos. Aqui apontamos algumas dessas referências. Tomamos em especial o alinhamento com temas que mobilizam a oposição, a ampliação de direitos humanos e sociais, bem como do reconhecimento da diversidade como elementos que hoje refletem posições de extrema-direita no mundo.

Além disso, as juventudes são diversas. Nesse sentido, a perspectiva teórica aqui adotada considera a juventude como uma noção dinâmica, pautada sob condições sociais e culturais historicamente construídas, de modo situado e relacional e como sujeitos de direitos, positivados no Estatuto da Juventude de 2013.

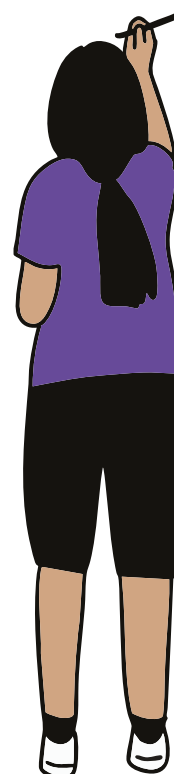
A premissa da importância das diversidades das juventudes é relevante também no Brasil, pois suas experiências são muito distintas conforme a classe social, o gênero, a raça/cor/etnia, a região, a vinculação com o universo estudantil e o mercado de trabalho. As informações do Atlas das Juventudes (2021), muitas com base em dados do IBGE, revelam a diversidade social e regional das juventudes no país. A maioria é composta por pessoas negras, a distribuição entre homens e mulheres é equilibrada e a concentração maior ocorre em áreas urbanas, com exceção das populações indígenas, mais presentes no meio rural. As desigualdades ficam evidentes quando se observa que jovens pretos, pardos e indígenas são maioria entre as juventudes e que a redução da renda recente atingiu de forma mais intensa os jovens mais pobres. Considerando esses dados, o Informe sobre Brasil da pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente** incluiu a questão racial em suas análises.

De modo geral, a pesquisa revela uma juventude que adensa e complexifica as disputas ideológicas, tendo como agenda as desigualdades sociais, os direitos que garantem a inclusão de diversos povos e a preocupação clara com maior acesso às políticas públicas e participação política. Os resultados trazem importantes contribuições para o entendimento sobre as juventudes no Brasil quanto à percepção sobre a política, o papel do Estado e valores compartilhados.

Em decorrência disso, a pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente** apresenta dados relevantes para questionar leituras que colocam em dúvida o

interesse das juventudes pela participação política ou que associam automaticamente a insatisfação com as instituições democráticas a visões conservadoras e ao avanço da direita no Brasil e em outros países da América Latina.

O relatório está organizado em sete seções, além das conclusões. Após a Introdução, a seção 2 sobre a metodologia descreve o desenho do *survey* e os procedimentos de análise. Em seguida, a seção 3, condição juvenil no Brasil: permanências, rupturas e expectativas, analisa dados sobre educação, trabalho e expectativas, com recortes de classe, gênero e raça. A seção 4, Visões sobre o Brasil: Papel do Estado e políticas públicas, aborda problemas priorizados pelas juventudes e o papel do Estado. A seção 5, Ideologia, posicionamento político e democracia, discute alinhamentos e tensões. A seção 6, Confiança nas instituições e participação política, analisa níveis de confiança e padrões de engajamento. A seção 7, Mobilização em redes e acesso à informação, avalia consumo de notícias e as formas de mobilização digital. As Conclusões sintetizam os achados da pesquisa e apontam implicações para políticas públicas.



## CAPÍTULO 2

# METODOLOGIA

A **Friedrich Ebert Stiftung (FES)** considera os jovens fundamentais para o desenvolvimento democrático da América Latina e do Caribe. No entanto, reconhece que atualmente enfrentam condições de vida marcadas por profunda desigualdade e falta de oportunidades para se desenvolverem. Isso exige que os sistemas políticos se concentrem nelas e desenvolvam alternativas e propostas para superar esses desafios. Para isso, este estudo levantou informações e dados sólidos sobre a participação e os posicionamentos políticos das juventudes na América Latina e no Caribe, com o objetivo de oferecer subsídios para o debate e a tomada de decisões.

A pesquisa analisa os padrões e tendências dos posicionamentos e valores políticos das juventudes na região, utilizando uma metodologia mista baseada em pesquisas e análise de dados estatísticos. A principal ferramenta foi a coleta de dados sobre participação política e juventudes, realizada pela *YouGov* para a FES, aplicada entre janeiro e fevereiro de 2024 em 14 países da região. Para garantir a programação e a infraestrutura adequadas, foi realizado um teste prévio no início de dezembro de 2023. A pesquisa tem representatividade nacional. Os resultados obtidos permitem uma visão comparativa das juventudes dos vários países da região.

O questionário foi elaborado em colaboração com os escritórios da FES na América Latina e no Caribe, um grupo de especialistas de vários países da região e validado por jovens vinculados a organizações políticas e sociais, e contém perguntas comuns a todos os países e um bloco de 2 a 5 perguntas específicas para cada país, que respondem a problemáticas nacionais.

O desenho amostral da pesquisa considera: gênero, faixa etária, região do país de residência, tipo de área (urbana, suburbana ou rural), nível de escolaridade, situação de emprego e uma variável sobre acesso às notícias. Além disso, a análise de classe social foi construída a partir do modelo de classificação socioeconômica ESOMAR, que se baseia em variáveis dos/as chefes de família (como educação e ocupação) e variáveis estritamente econômicas (como renda e acesso a bens). Todos os entrevistados deram seu consentimento. Jovens entre 15 e 17 anos participaram com o consentimento de seus pais, e, por isso e por razões metodológicas, perguntas relativas à educação e ao emprego foram respondidas por seus responsáveis.

Ao todo, foram realizadas **21.847 entrevistas** na região (entre 1.100 e 2.024 por país), distribuídas da seguinte forma:

|                                           |                                            |                                                      |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| <b>Argentina</b><br>(n = 2007, ME: ± 2.5) | <b>Costa Rica</b><br>(n = 1149, ME: ± 4.4) | <b>Peru</b><br>(n = 2001, ME: ± 3.2)                 |
| <b>Bolívia</b><br>(n = 1103, ME: ± 4.4)   | <b>Equador</b><br>(n = 2004, ME: ± 3.2)    | <b>República Dominicana</b><br>(n = 1132, ME: ± 4.7) |
| <b>Brasil</b><br>(n = 2024, ME: ± 2.5)    | <b>Honduras</b><br>(n = 1100, ME: ± 4.7)   | <b>Uruguai</b><br>(n = 1108, ME: ± 3.8)              |
| <b>Chile</b><br>(n = 2002, ME: ± 2.7)     | <b>México</b><br>(n = 2001, ME: ± 3.0)     | <b>Venezuela</b><br>(n = 1103, ME: ± 3.8)            |
| <b>Colômbia</b><br>(n = 2004, ME: ± 2.8)  | <b>Panamá</b><br>(n = 1109, ME: ± 3.9)     |                                                      |

\* ME: Margem de Erro.

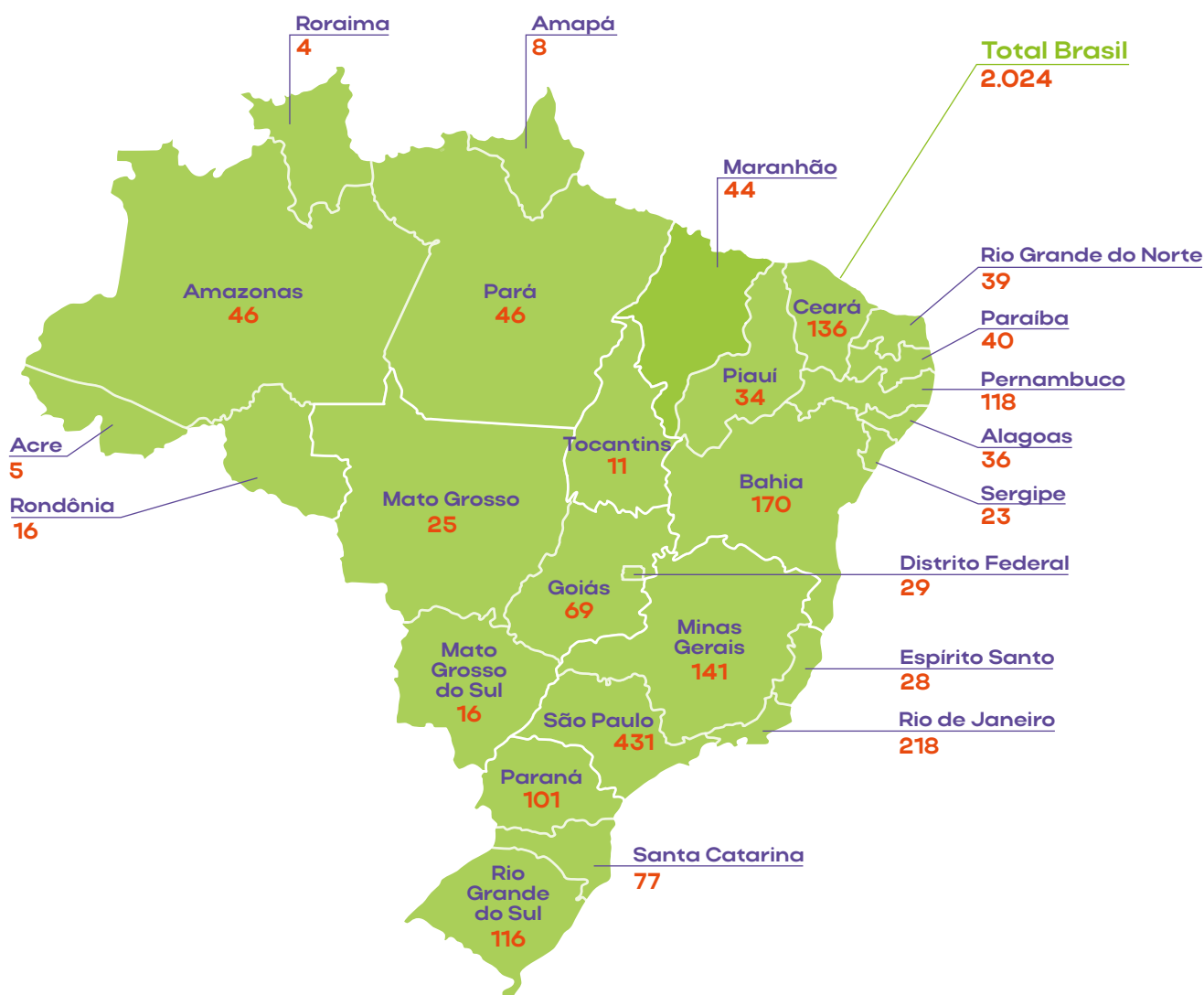
No caso do Brasil, aYouGov entrevistou 2.024 jovens entre 15 e 35 anos utilizando uma metodologia de amostragem online com painéis web. O desenho da amostra foi construído com base em conjuntos estratificados por país, utilizando o **Barômetro das Américas 2021** do Projeto Opinião Pública da América Latina (LAPOP - sigla em inglês) como referência, com seleção dentro dos estratos por meio de amostragem ponderada com reposição (*"selection within strata by weighted sampling with replacements"*).

Os pesos variam de 0,15 a 4,22, com uma média de 1 e um desvio padrão de 0,61.

A **margem de erro - ME** (com intervalo de confiança de 95%) para uma proporção de amostra  $p$ , baseada no subconjunto da amostra, é de aproximadamente **2,5%**. A construção da amostra **não aplicou cotas geográficas**. No entanto, a seguir será apresentada a **distribuição da amostra por localidade** no Brasil.

## MAPA 1

### Distribuição amostral ponderada, Brasil

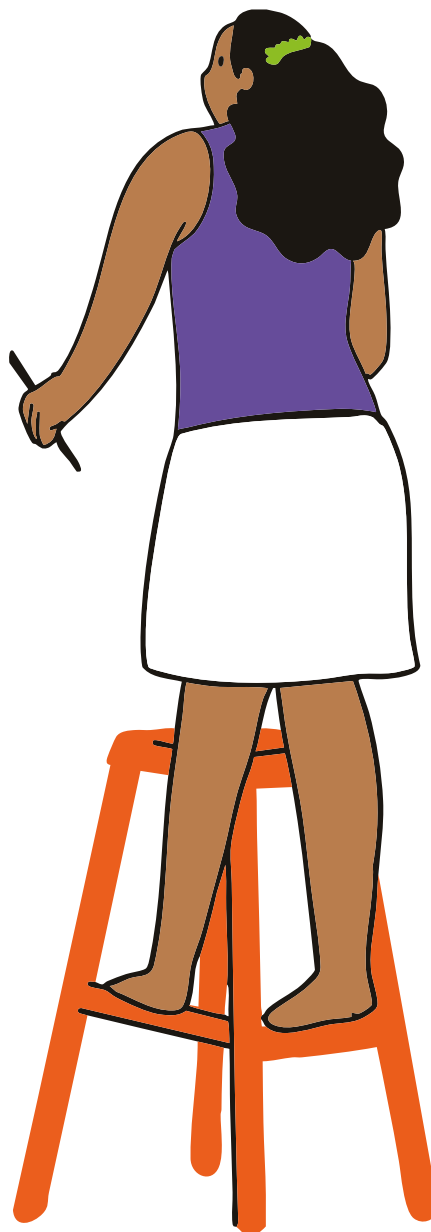


Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

O questionário aplicado contém perguntas voltadas para conhecer diferentes dimensões do universo de jovens:

- **condições de vida dos/das jovens;**
- **visão sobre a política e os principais problemas em cada país;**
- **visão da democracia e posicionamento sobre as principais causas políticas;**
- **formas e motivações para a participação na política;**
- **uso do tempo, uso de tecnologias e acesso à informação.**

A seguir, é realizada uma análise descritiva das variáveis contidas na pesquisa<sup>3</sup>. Em muitos casos, aplica-se uma análise por grupos populacionais, de acordo com determinadas variáveis de corte: gênero<sup>4</sup>, grupos etários<sup>5</sup> e classe social<sup>6</sup>.



---

3 Os percentuais foram arredondados para facilitar a leitura, nesse sentido, é possível que as somas não totalizem exatamente 100%.

4 O gênero é considerado de forma binária: homens e mulheres. A única identidade de gênero dissidente selecionada pelas pessoas entrevistadas foi não binária, mas com muitos poucos casos para ser considerada uma categoria à parte.

5 Os grupos de idade a serem considerados são: 15-17 anos; 18-26 anos; 27-35 anos.

6 Conforme mencionado, a metodologia utilizada nesta pesquisa para classificar os/as respondentes em classes sociais é o modelo de Nível Socioeconômico ESOMAR. Para este relatório, os seis grupos de nível socioeconômico definidos pela metodologia ESOMAR foram agrupados em três grandes classes sociais: classes altas (AB), classes médias (C) e classes baixas (DE).

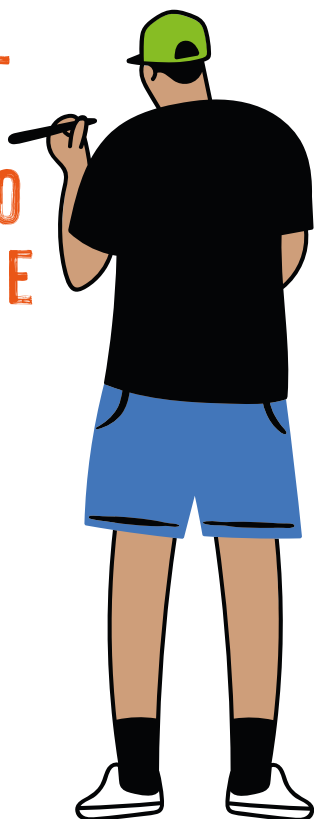
## CAPÍTULO 3

# CONDIÇÃO JUVENIL NO BRASIL: PERMANÊNCIAS, RUPTURAS E EXPECTATIVAS.

As juventudes brasileiras vivenciam uma realidade marcada por avanços em suas condições de vida individual, mas também por desafios estruturais que afetam sua vida no geral. Este capítulo apresenta um retrato detalhado dessas experiências a partir de dados inéditos da pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente**.

OS JOVENS ENTREVISTADOS EXPRESSAM, MAJORITARIAMENTE, SATISFAÇÃO COM ASPECTOS DA VIDA PRIVADA COMO RELAÇÕES FAMILIARES, AMIZADES, SAÚDE E EDUCAÇÃO, MAS REVELAM INSATISFAÇÃO COM TEMAS LIGADOS À VIDA PÚBLICA,

EM ESPECIAL NO QUE DIZ RESPEITO À ECONOMIA E À SITUAÇÃO GERAL DO PAÍS.

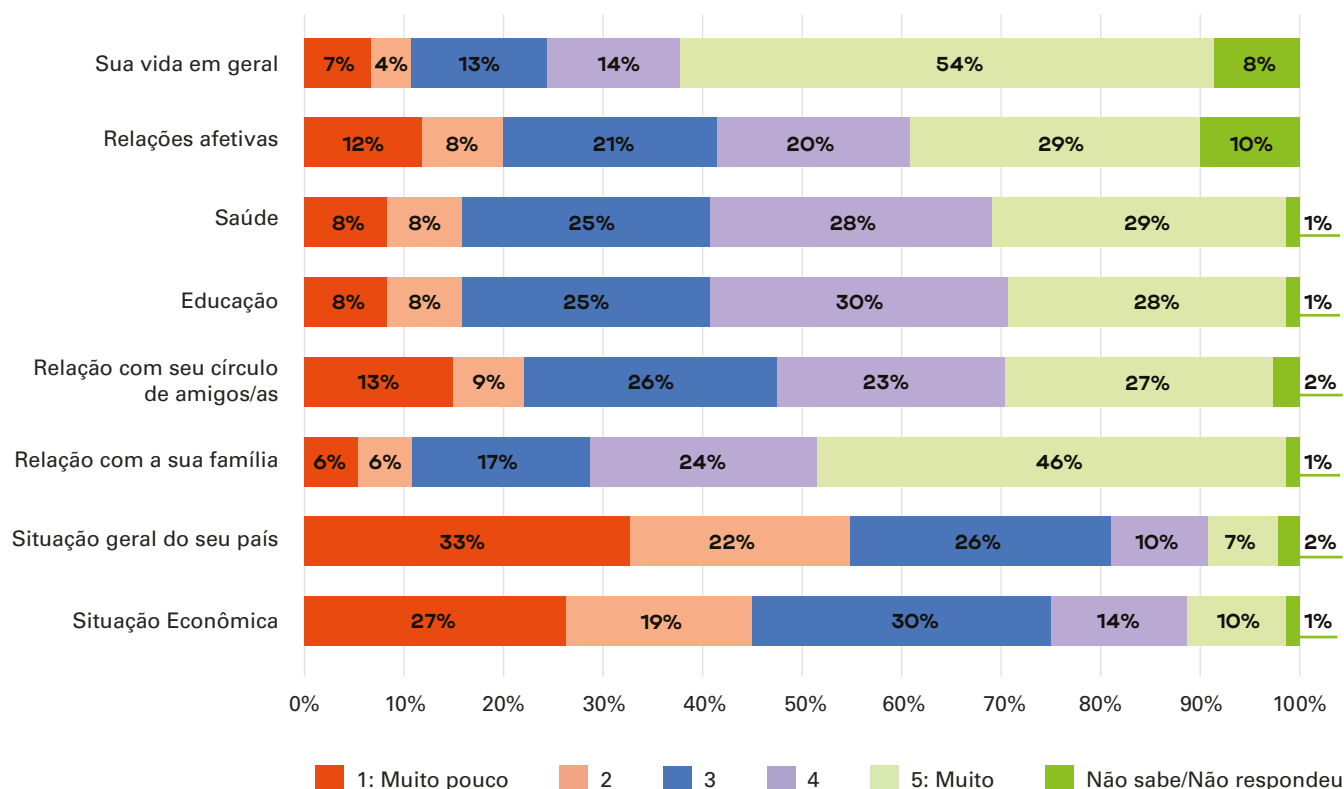


Ao mesmo tempo em que reconhecem melhorias em áreas como a educação e a ampliação da escolaridade, também enfrentam um mundo do trabalho crescentemente precarizado, com fortes desigualdades marcadas por classe, raça e gênero. Mesmo diante de um cenário adverso, permeado por desigualdades históricas e agravado por desmontes de políticas entre 2016 e 2022, as juventudes brasileiras mantêm um olhar esperançoso sobre o futuro. A análise a seguir busca compreender como essas vivências moldam a percepção dos jovens sobre o Brasil contemporâneo e seu papel na sociedade.

Conforme supracitado, os jovens entrevistados tendem a estar satisfeitos com aspectos da vida particular, mas demonstram insatisfação com aspectos da vida pública. Como aponta o Gráfico 1, a grande maioria dos entrevistados afirma ter alto nível de satisfação com vários aspectos de suas vidas, 68% estão satisfeitos (grau 4 ou 5) com “sua vida em geral”, 70% se sentem satisfeitos (grau 4 ou 5) na relação com sua família e o mesmo acontece com seus círculos de amizade (50%), saúde (57%) e educação (58%). No entanto, os entrevistados tendem a ter níveis mais baixos de satisfação com aspectos da vida pública, sobretudo com a sua situação econômica (46% com grau de satisfação 1 ou 2) e com a situação do país (55% com grau de satisfação 1 ou 2):



## GRÁFICO 1

Satisfação das juventudes brasileiras em distintas áreas de suas vidas<sup>7</sup>

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

Uma vez que estudos anteriores apontaram uma maior satisfação com as condições do país (Brasil, 2013), essa insatisfação aqui captada, ainda que baixa, pode refletir a agudização das desigualdades econômicas e sociais pós impeachment de 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que desmontou programas sociais e realizou contrarreformas, a exemplo da “lei do teto de gastos” (Emenda Constitucional nº 95/2016), que estabeleceu um limite para o crescimento das despesas primárias do governo e da Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467 de 2017, que trouxe modalidades precárias de contratação, como trabalho intermitente e terceirização. Outro exemplo de precarização foi a Medida Provisória nº 1099/22 que criou o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário,

oferecendo trabalho temporário e sem vínculo empregatício para jovens.

Mais especificamente sobre educação, conforme os dados da pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente**, 58% dos jovens demonstram avaliação positiva com a educação recebida, sendo que 30% se consideram satisfeitos e 28% muito satisfeitos. O dado aponta para uma tendência identificada em outras duas Pesquisas, a *Jóvenes en Iberoamérica* 2021 (Fundación SM, 2024) na qual o nível de confiança dos jovens no sistema educacional brasileiro era de 67% e a Pesquisa Agenda Juventude Brasil (BRASIL, 2013), em que 63% dos jovens indicaram a possibilidade de estudar como o que havia de mais positivo no país.

<sup>7</sup> Pergunta: Quão satisfeito(a) você está atualmente com cada uma das seguintes opções?

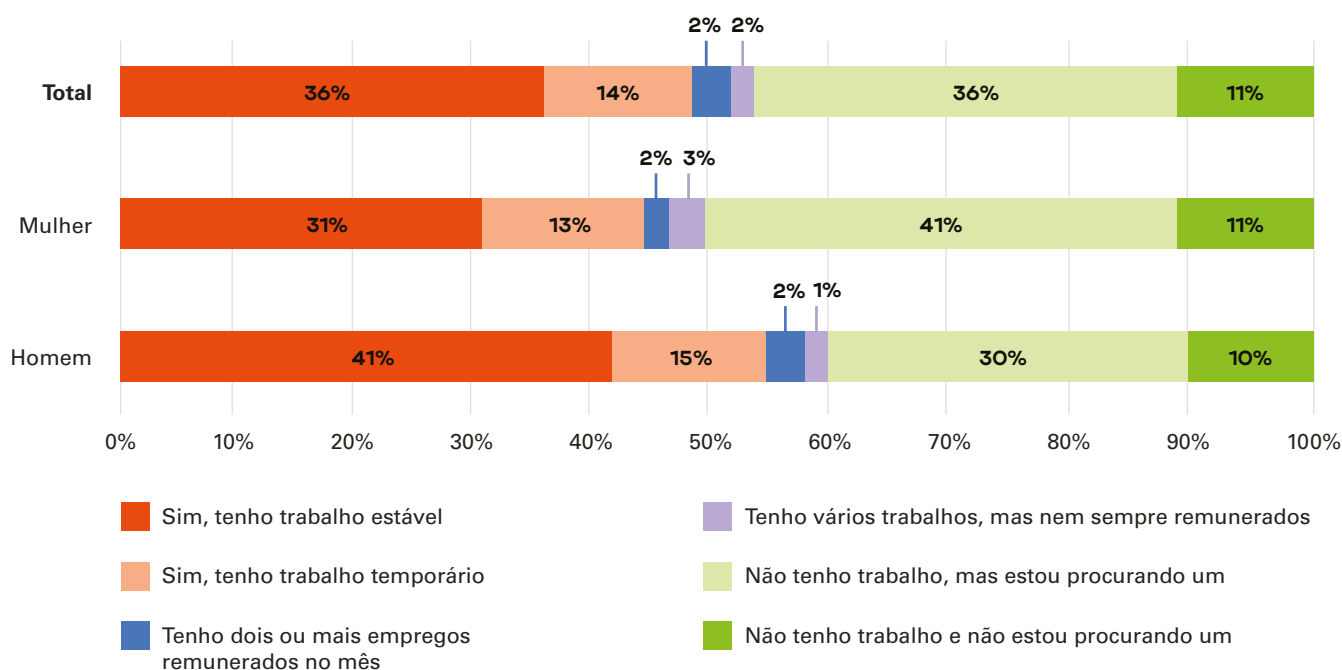


Apesar de todas as dificuldades e desigualdades no acesso, permanência e conclusão das etapas educacionais no país, a avaliação positiva dos jovens reforça o reconhecimento dos avanços no campo educacional e na ampliação da escolaridade. Dados oficiais apontam que, pela primeira vez na história, mais da metade da população brasileira acima de 25 anos terminou a educação básica, ou seja, concluiu o ensino médio (IBGE, 2023). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, IBGE, 2021), em 2012, a

escolaridade média dos brasileiros de 18 a 29 anos era de 9,8 anos e, em 2020, passou para 11,8 anos.

Em relação ao trabalho<sup>8</sup>, os dados da pesquisa revelam a crescente precarização do trabalho entre os jovens, marcada pela diversidade de regimes que oferecem pouca ou nenhuma segurança trabalhista. Detalhando mais os dados, aproximadamente dois em cada cinco jovens do Brasil afirmam ter emprego estável<sup>9</sup> (36% dos jovens possuem um trabalho estável e 14% possuem um trabalho temporário). Conforme o gráfico abaixo:

**GRÁFICO 2**  
**Emprego Total e por Sexo<sup>10</sup>**



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

<sup>8</sup> Nesta seção, em relação aos dados de emprego usamos o corte de idade de 18 a 35 anos.

<sup>9</sup> Em comparação com os dados regionais, o Brasil lidera, junto com o Uruguai, o número de jovens com trabalho estável com 40% e 43%, respectivamente. Estes dados podem ser acessados através do link: <<https://juventudesasignaturapendiente.com/>>

<sup>10</sup> Pergunta: Está trabalhando atualmente? Escolha a frase que melhor corresponda à sua condição de trabalho atual.

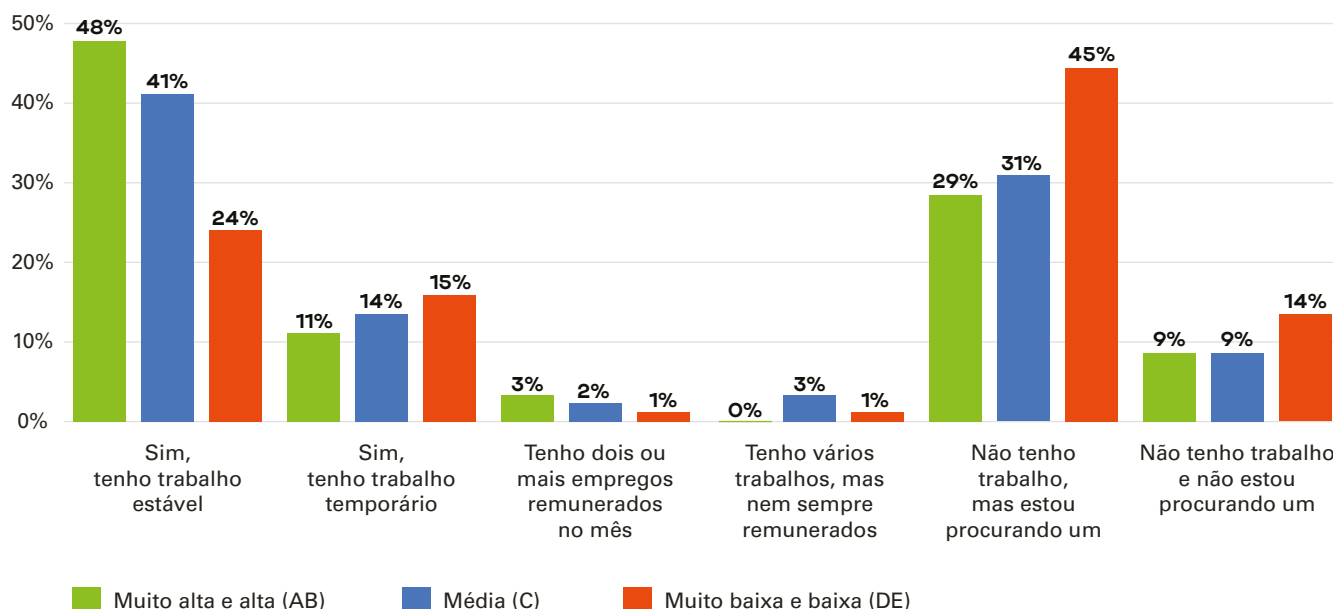
## CLASSE SOCIAL, RAÇA/ETNIA E GÊNERO CONTINUAM SENDO IMPORTANTES MARCADORES DE DESIGUALDADES NO ACESSO E NO TIPO DE TRABALHO.



DE UM MODO GERAL, OS HOMENS (41%) E OS JOVENS DAS CLASSES SOCIAIS MAIS ALTAS (48%) TENDEM A TER UM ÍNDICE DE EMPREGO ESTÁVEL MAIS ALTO DO QUE AS MULHERES (31%), E JOVENS DE CLASSE MÉDIA (41%), MUITO BAIXA E BAIXA (24%).

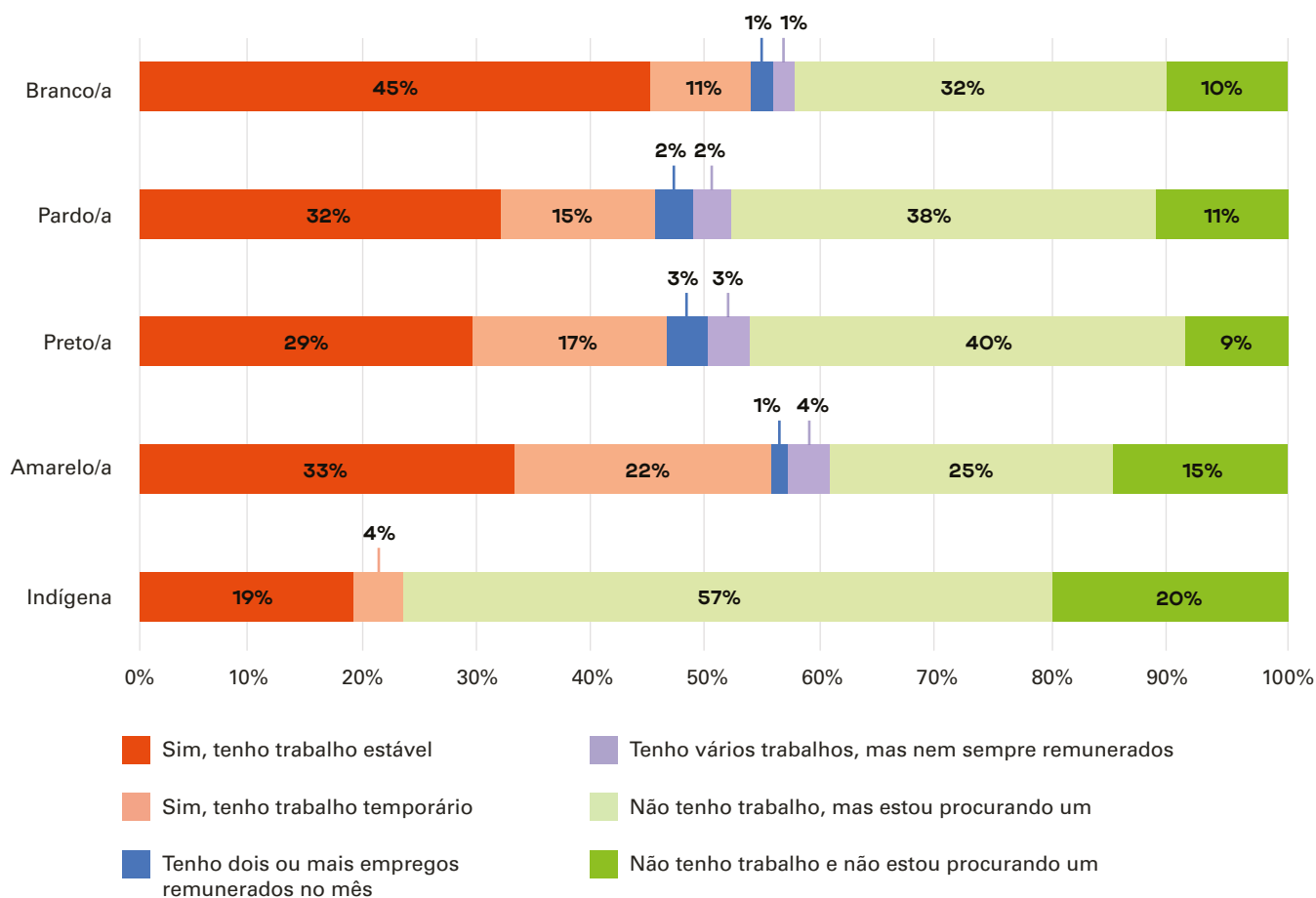
Quando nos debruçamos sobre os dados de raça/etnia, vemos que os jovens negros têm menos acesso a um trabalho de qualidade e com garantia dos benefícios da lei, 45% dos jovens brancos entrevistados possuíam um trabalho estável, enquanto somente 29% dos jovens pretos e 32% dos jovens pardos disseram ter um trabalho estável. Dentre os que não têm trabalho, mas estão à procura, quase metade (45%) são de classe baixa, 40% pretos e 38% pardos.

**GRÁFICO 3**  
**Emprego por classe social<sup>11</sup>**



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

<sup>11</sup> Pergunta: Está trabalhando atualmente? Escolha a frase que melhor corresponda à sua condição de trabalho atual.

**GRÁFICO 4<sup>12</sup>****Emprego por raça/etnia<sup>13</sup>**

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

Entre os que afirmam ter atualmente um trabalho estável ou temporário, 46% trabalham 40 horas semanais com os benefícios assegurados por lei, enquanto os demais jovens se dividem em outros tipos de emprego, como período integral sem benefícios estabelecido por lei (9%), trabalhos

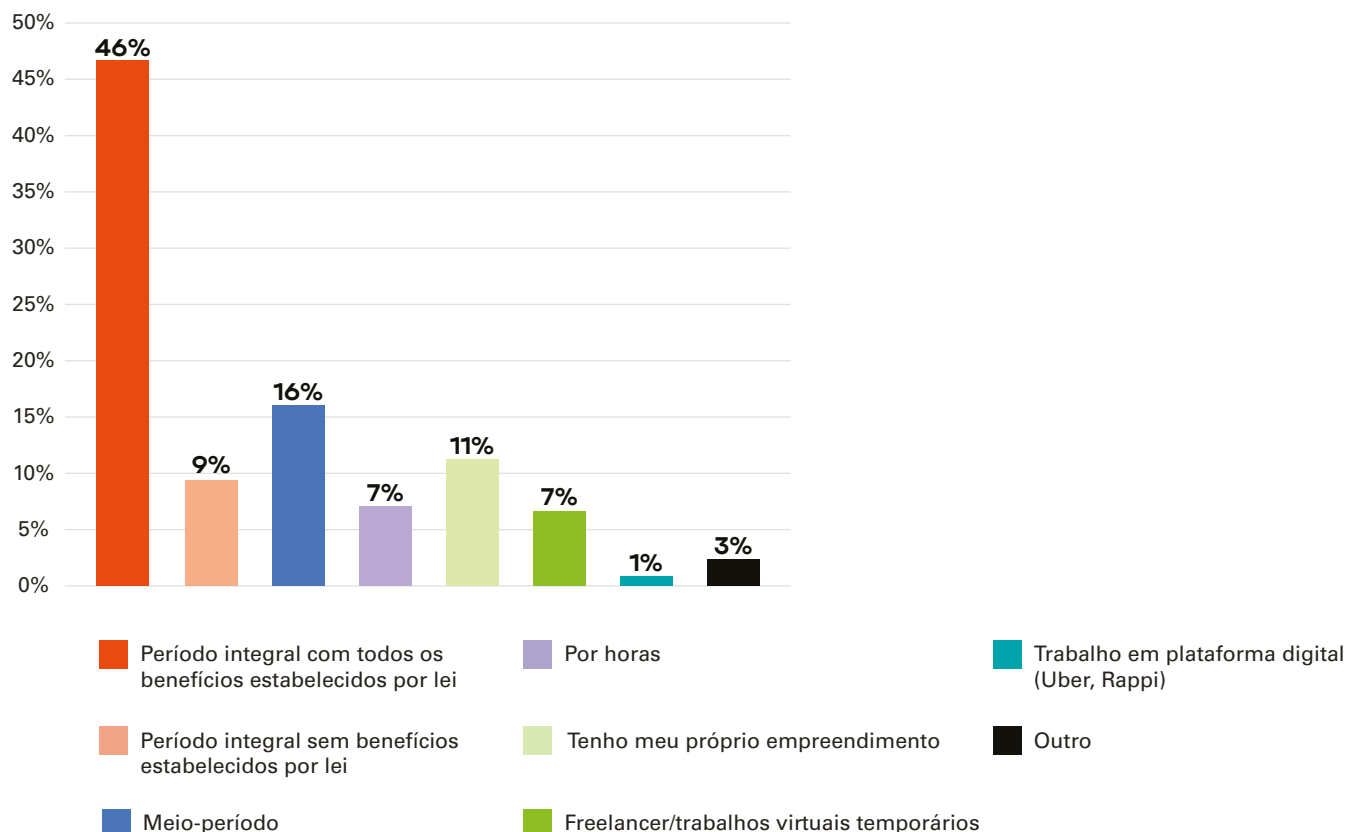
de meio período (16%), contrato por horas (7%), possuem um empreendimento próprio (11%), freelancer/trabalhos virtuais temporários (7%), trabalho em plataformas digitais (1%) e outros (3%), conforme gráfico a seguir.

<sup>12</sup> Nos resultados de emprego por raça/etnia foram omitidos os resultados das categorias “outro” e “não sabe/não respondeu”.

<sup>13</sup> Pergunta: Está trabalhando atualmente? Escolha a frase que melhor corresponda à sua condição de trabalho atual.

## GRÁFICO 5

### Tipo de emprego



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

Os dados coletados corroboram a PNAD Contínua (IBGE, 2023), ao identificar que grupos específicos, como mulheres, pessoas pretas ou pardas, jovens e a população com menor nível de instrução apresentaram maiores vulnerabilidades no mercado de trabalho. O IBGE aponta que a precarização entre jovens negros é ainda maior do que entre a população de baixa renda e é mais um marcador histórico que aponta como o racismo é estrutural no Brasil. A proporção de pessoas em ocupações informais, que já havia aumentado em 2021, quando comparado a 2020, voltou a crescer em 2022 e alcançou o percentual de 40,9%, aproximando-se do nível de 2019. Neste quesito, percebe-se grande diferenciação por cor ou raça, que se mantém ao

longo da série, correspondendo a uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro desfavorável aos trabalhadores, de cor ou raça preta ou parda, sejam homens ou mulheres (IBGE, 2023).

Na próxima seção, que analisa, entre outros temas, os resultados da pergunta sobre os principais problemas do Brasil, os jovens entrevistados tendem a indicar a pobreza, o consumo de drogas, a corrupção, o crime organizado e a insegurança como os problemas mais importantes enfrentados pelo país atualmente. Nesta pergunta, observamos que as mulheres tendem a indicar a pobreza e a violência de gênero com mais frequência do que os homens, e estes tendem a mencionar a corrupção

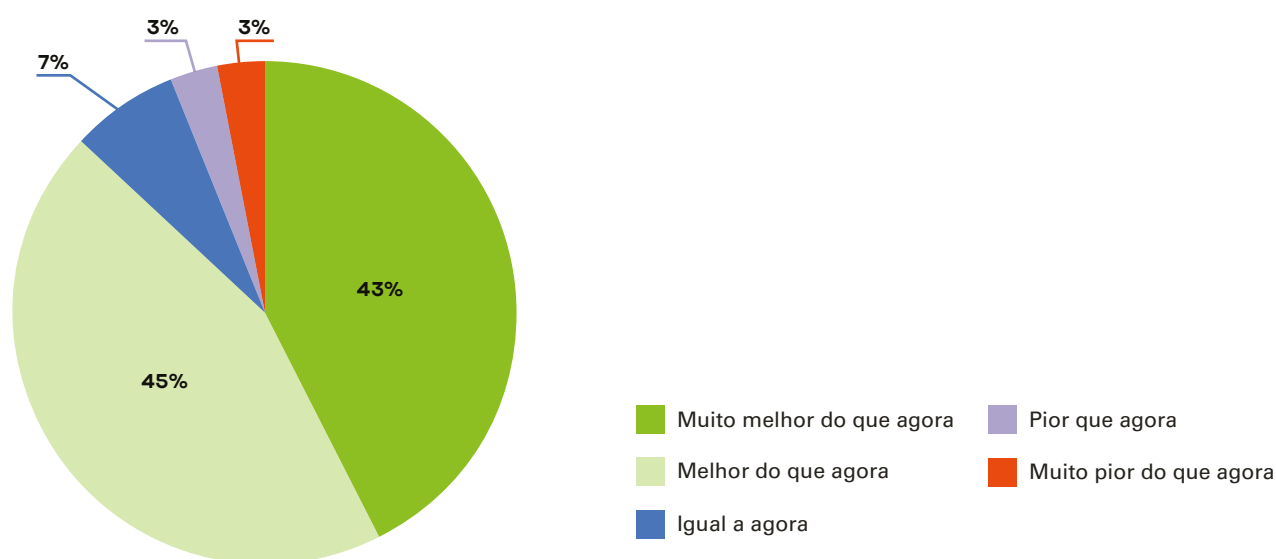
com mais frequência. As classes sociais mais altas tendem a mencionar a insegurança com mais frequência (35% nas classes altas contra 25% nas classes média e baixa).

Se analisarmos os dados sobre violência no Brasil, é possível perceber por que a insegurança e violência de gênero figuram entre as principais preocupações dos jovens. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2024), em 2023, jovens de 15 a 29 anos enfrentaram uma taxa alarmante de homicídios de aproximadamente 45 homicídios por 100 mil habitantes, uma das mais elevadas dentre todas as faixas etárias. Quando analisamos por raça, a gravidade se intensifica: as pessoas negras (pretos e pardos) tiveram uma taxa

de homicídios de 28,9 por 100 mil habitantes em 2023, em contraste com 10,6 por 100 mil entre não negras, revelando uma vulnerabilidade 2,7 vezes maior. Essas estatísticas refletem como a violência letal afeta de forma desproporcional os jovens negros no Brasil e explicam em parte por que a insegurança e a violência de gênero estão entre as principais preocupações dessa população.

Conforme a pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente**, se por um lado existe uma satisfação relativamente baixa em relação à sua situação econômica e à situação geral do país, há bastante esperança em relação ao futuro, como exemplifica o gráfico a seguir:

**GRÁFICO 6**  
Perspectivas sobre o futuro



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

QUANDO QUESTIONADOS SOBRE  
COMO VEEM O PRÓPRIO FUTURO  
NOS PRÓXIMOS 5 ANOS,



88%  
DOS JOVENS VEEM  
UM FUTURO  
MELHOR,

SENDO QUE 43% DISSERAM  
QUE O VEEM MUITO MELHOR  
DO QUE AGORA, E 45%  
DISSERAM QUE O VEEM  
MELHOR DO QUE AGORA.

Somente 6% disseram que viam a situação pior ou muito pior do que agora, e 7%, igual a agora. Não foram observadas grandes diferenças em termos de faixas etárias, de gênero ou raça nesta pergunta, com apenas uma ligeira tendência de que as classes sociais mais baixas sejam um pouco menos otimistas quanto ao futuro – mas o otimismo das duas classes mais baixas (D e E) permanece alto, em 85%.

Os dados acima apresentados refletem a experiência e a realidade vividas pelas juventudes brasileiras, assim como suas percepções em relação à sua situação individual e coletiva. Esse processo molda sua visão de país, das instituições e do papel da política no funcionamento da sociedade. No próximo capítulo, discutiremos mais profundamente os problemas identificados pelos jovens no país e a demanda por políticas públicas.

## CAPÍTULO 4

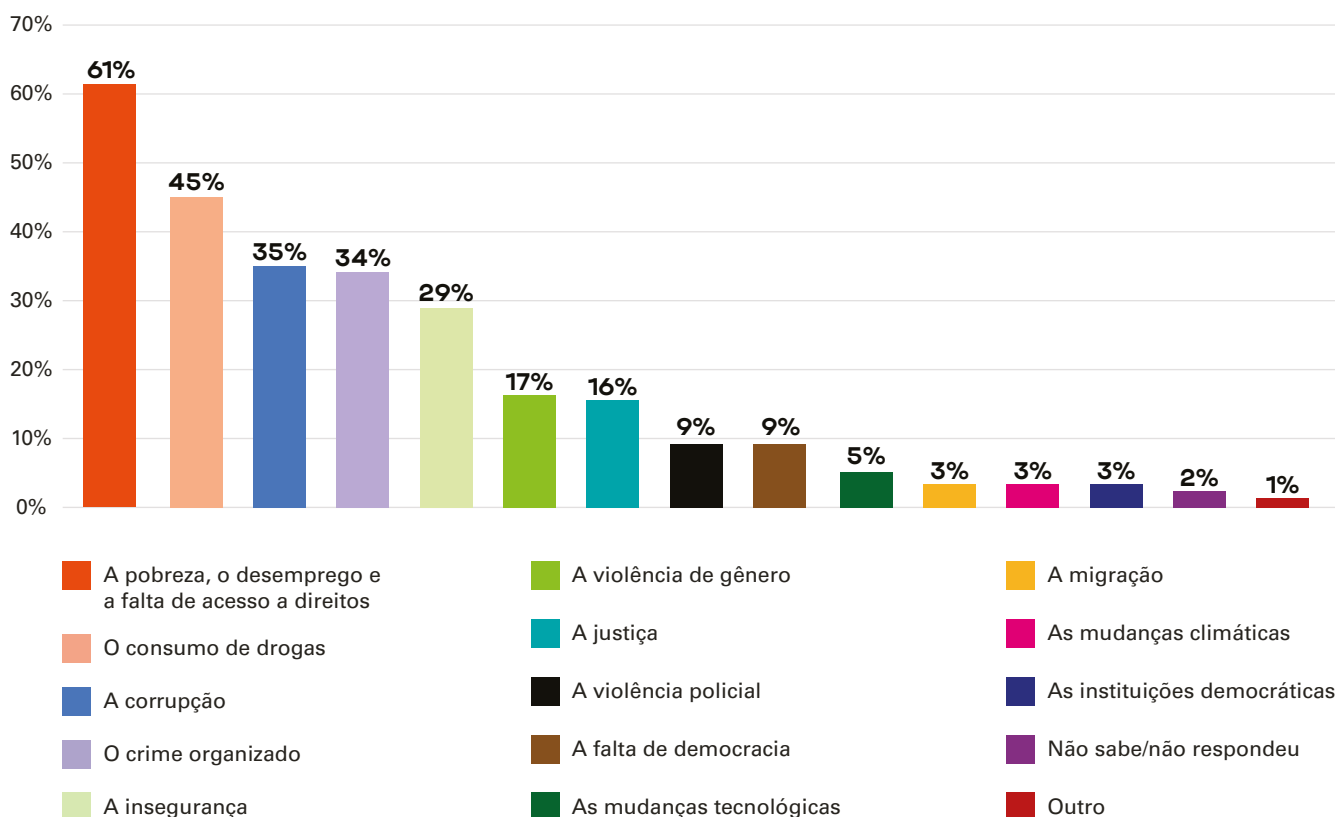
# VISÕES SOBRE O BRASIL: PAPEL DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A pesquisa analisou a identificação de problemas sociais, papel do Estado e agendas políticas. Os principais problemas identificados no Brasil foram: pobreza, consumo de drogas, corrupção, crime

organizado e a insegurança. Outros problemas apresentados foram violência de gênero, justiça e violência policial.

### GRÁFICO 7<sup>14</sup>

#### Principais problemas que afetam as juventudes no Brasil<sup>15</sup>



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

<sup>14</sup> Nessa pergunta foram omitidos os resultados das categorias "outro" e "não sabe/não respondeu". E a soma ultrapassa 100%, pois os jovens podiam escolher até 3 opções.

<sup>15</sup> Pergunta: Quais são os 3 principais problemas que afetam os jovens no Brasil?



É RELEVANTE QUE PARA  
61% DOS JOVENS, O PROBLEMA QUE  
MAIS PREOCUPA NO BRASIL SEJA  
**A POBREZA,**  
O DESEMPREGO E A FALTA DE  
ACESSO A DIREITOS.

A POBREZA COMO PRINCIPAL QUESTÃO PRIORIZADA  
PELAS JUVENTUDES APONTA UMA PERCEPÇÃO DE  
PREOCUPAÇÃO SOCIAL QUE DIALOGA COM O PAPEL  
DO ESTADO COMO RESPONSÁVEL POR POLÍTICAS  
SOCIAIS. NESSE SENTIDO, TEMOS UMA JUVENTUDE  
COM PREOCUPAÇÃO SOCIAL AGUDA COM AS  
DESIGUALDADES SOCIAIS.

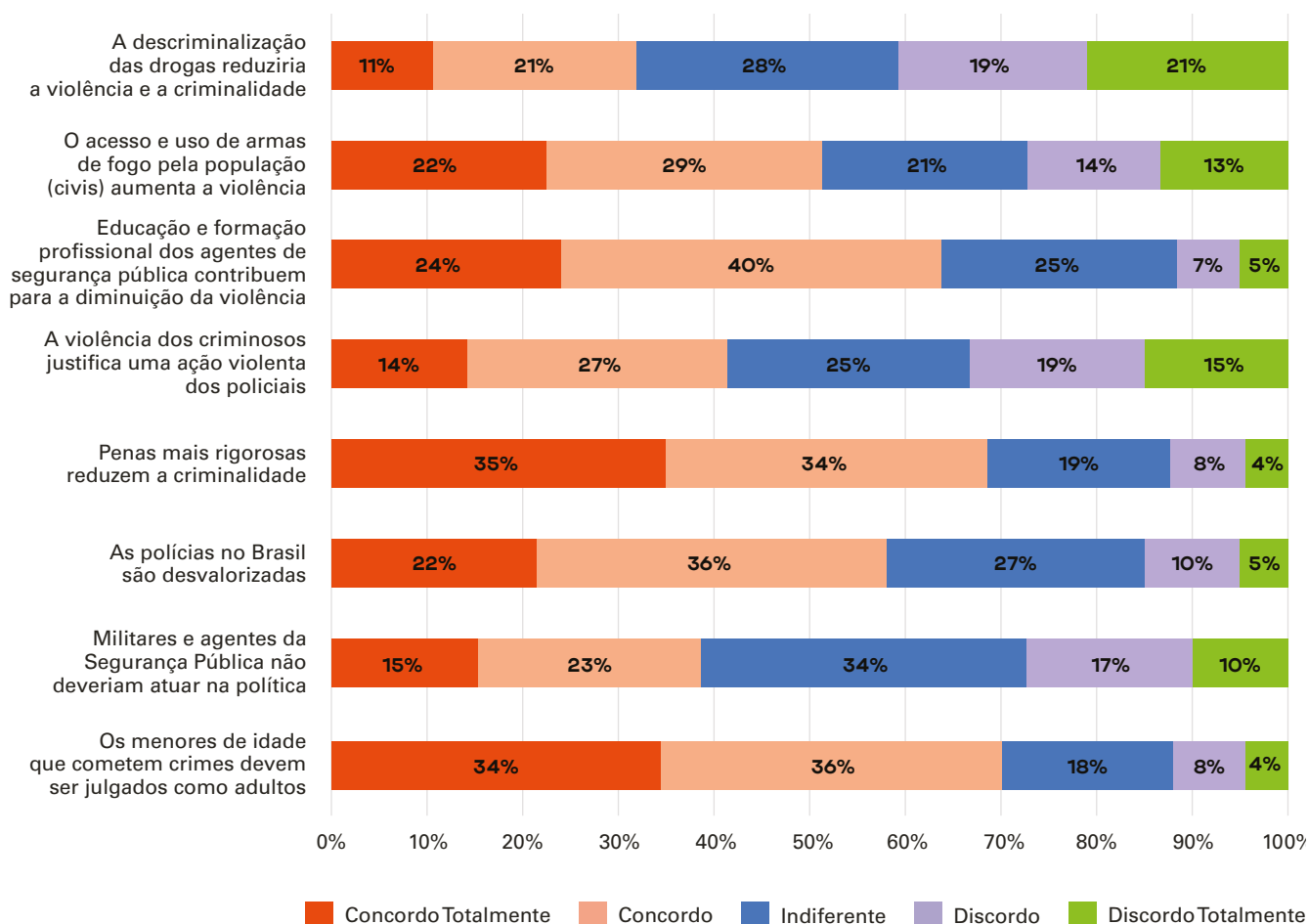


E, novamente, o gênero importa na análise. As jovens entrevistadas tiveram uma percepção ainda mais intensa sobre um conjunto de desigualdades como problemas prioritários: pobreza, desemprego, acesso a direitos de saúde e educação foram identificados por 65% de mulheres e 57% de homens.

A insegurança tem se mostrado um tema recorrente por ser algo que afeta diretamente as juventudes no Brasil. Pelo corte de classe, 35% dos jovens de classe alta se sentem mais inseguros que 25% da classe baixa. No entanto, o grupo que se sente mais inseguro são os jovens de 15 a 17 anos, 39%, com diferença de quase 15% a mais para as demais faixas etárias. É importante ressaltar que países da América Latina estão entre os que mais registram taxas de homicídio no mundo. Venezuela, México, Colômbia e Brasil representam juntos  $\frac{1}{4}$  dos homicídios no mundo (Cano e Arévalo, 2020).

No Brasil, a juventude negra do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos é a que mais morre por homicídios, sendo também a principal vítima da letalidade policial. Um levantamento realizado pelo Plano Juventude Negra Viva, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Banco Mundial aponta que, na década entre 2012 e 2021, 298.602 jovens foram assassinados no país, sendo 76% negros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Por este motivo, este tema se tornou a demanda prioritária da 1ª Conferência Nacional da Juventude e motivou o Programa Juventude Viva no Governo Dilma (2012), retomado como Juventude Negra Viva no terceiro Governo Lula (2023) (Brasil, 2024). Questão central entre as maiores preocupações dos jovens, a segurança pública figura entre os temas controversos nos resultados desta pesquisa, mas também indica que há espaço de disputa em torno do tema. Incluímos no questionário perguntas para colher a percepção das juventudes brasileiras sobre o tema, conforme o gráfico abaixo:

## GRÁFICO 8

A percepção das juventudes brasileiras sobre segurança pública<sup>16</sup>

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

Os resultados, por um lado, apontam uma tendência de recrudescimento e por outro, demonstram um elevado nível de indiferença nas opiniões. 69% dos jovens estão de acordo que penas mais rigorosas reduzem a criminalidade (35% concordam totalmente e 34% concordam), 19% são indiferentes e 12% discordam (8% discordam e 4% discordam totalmente). Sobre a idade penal, 70% estão de acordo que os menores de idade devem ser julgados como adultos (34% concordam totalmente

e 36% concordam), 18% são indiferentes e 12% apresentam desacordo. Este é um número alto e preocupante, contudo, vale ressaltar que entre os jovens, a receptividade à redução da idade penal é menor do que na população em geral. A Pesquisa Datafolha de 2019 aponta que 84% das pessoas que responderam à pesquisa eram favoráveis à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, 14% eram contrários e 2% indiferentes<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Pergunta: Em que medida você está de acordo com as informações abaixo?

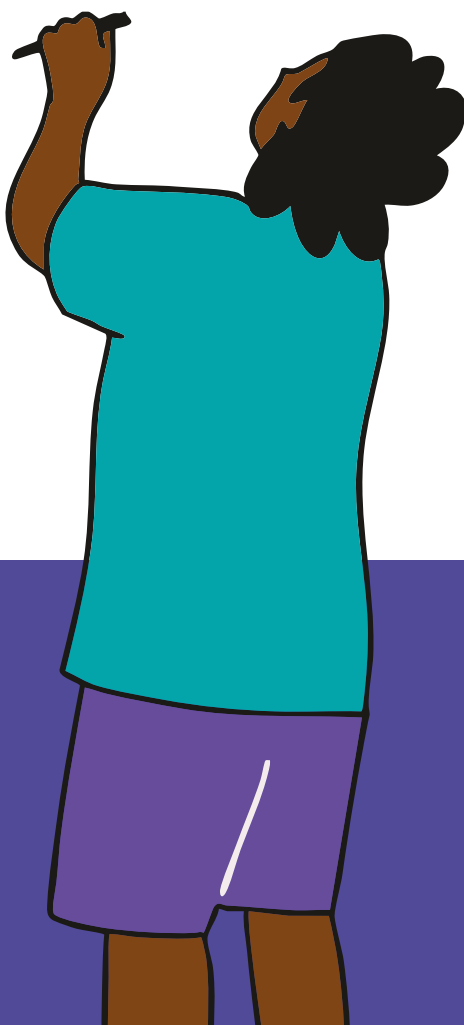
<sup>17</sup> Datafolha 2019: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/14/84-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha.ghtml>>

De outro lado, metade dos jovens, está de acordo que o acesso e uso de armas de fogo pela população civil aumenta a violência (22% concordam totalmente e 29% concordam). Também apontam a importância da formação e valorização dos agentes de segurança pública como forma de diminuição da violência, 64% estão de acordo que educação e formação profissional de agentes de segurança pública contribuem para a diminuição da violência (24% concordam totalmente e 40% concordam).

Menos da metade dos jovens (41%) concorda que a violência dos criminosos justifica uma ação violenta dos policiais, 34% discordam e 25% são indiferentes. Com opiniões mais aproximadas aparece a descriminalização das drogas, com 32% de jovens que concordam que a descriminalização reduziria a violência e a criminalidade, 28% são indiferentes e 40% discordam. Em menor percentual (38%), estão os que concordam que militares e agentes da segurança pública não deveriam atuar na política (15% concordam totalmente e 23% concordam). Há um destaque para os indiferentes, que são quase o mesmo número de jovens que concordam com a afirmação (34%), os outros 27% estão em desacordo.

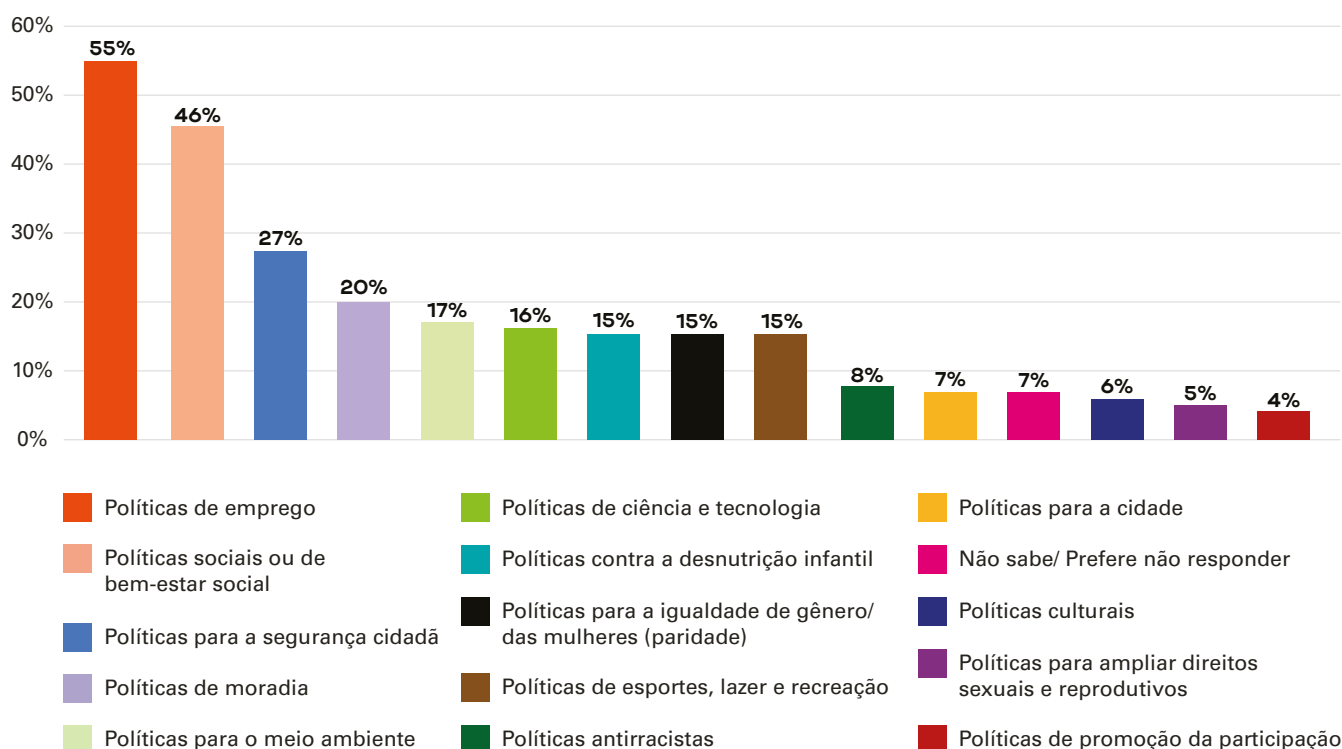
**Estes dados mostram um panorama complexo e, por vezes, contraditório das percepções das juventudes sobre segurança pública no Brasil. De um lado, há uma alta adesão a propostas punitivistas, como penas mais duras e a redução da maioria penal, ainda que com menor intensidade do que na população em geral. Por outro lado, os jovens também reconhecem a importância de medidas estruturais, como a valorização e formação de agentes de segurança e o controle de armas de fogo.** A elevada taxa de indiferença em várias dessas questões sinaliza, contudo, um distanciamento crítico ou uma possível falta de aprofundamento no debate público.

Outra pergunta que contribui para observarmos as percepções dos jovens sobre agendas políticas e suas percepções sobre o papel do Estado foi a consulta sobre quais são os três principais temas que deveriam ser abordados pelas políticas públicas destinadas a jovens do país. Se os problemas identificados são, em sua maioria, sociais, também o são as principais agendas que deveriam ser endereçadas como políticas públicas, conforme exposto no gráfico a seguir:

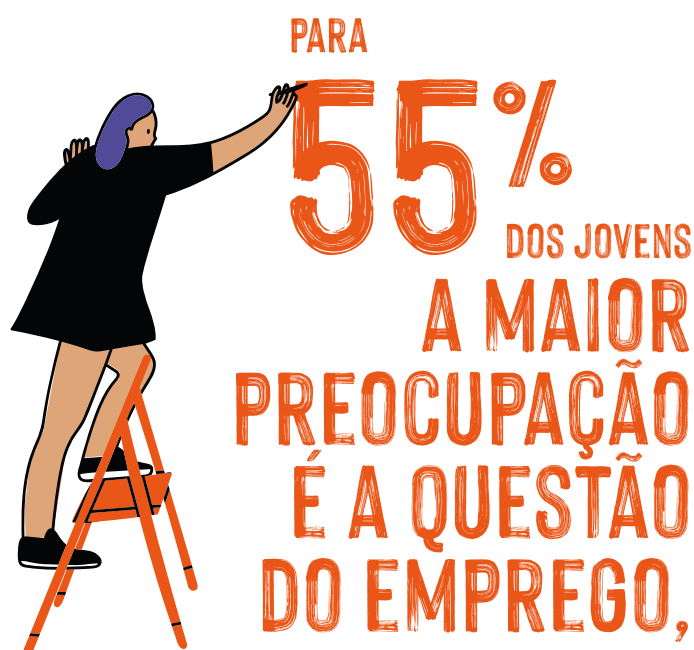


## GRÁFICO 9

## Principais temas que deveriam ser abordados pelas políticas públicas no Brasil



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

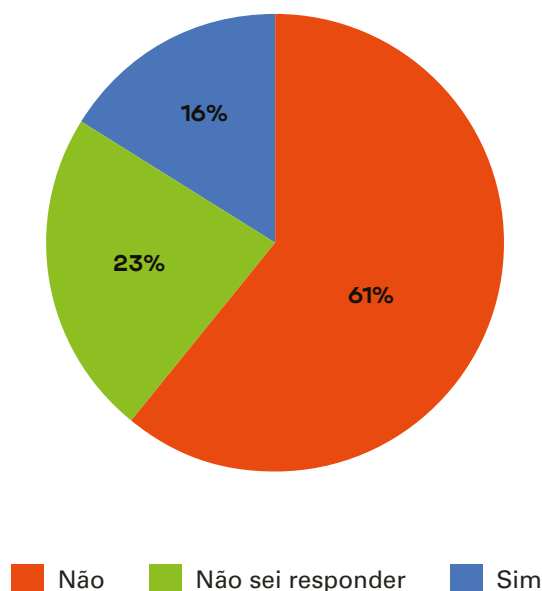


que podemos ler em diálogo com a situação de desemprego e trabalho precário identificados nas condições de vida dos jovens na seção anterior, com muitos jovens identificando que trabalham sem plenos direitos. **O segundo tema amplamente vocalizado, com 46%, se volta para políticas sociais ou de bem-estar social. O terceiro tema é a segurança, seguido de políticas de moradia e em quinto lugar, políticas para o meio ambiente.** Esses temas, identificados como os mais importantes para a agenda das políticas públicas para a juventude, dialogam diretamente com os principais problemas por eles elencados: pobreza e insegurança.

Temos ainda outras agendas interessantes apontadas para as políticas públicas para as juventudes, como o direito ao lazer (ócio), políticas contra a desnutrição (fome), igualdade de gênero e ciência e tecnologia, dentre outras. Esse segundo conjunto de agendas apontam temas de relevância e percepção positiva sobre as políticas públicas para as juventudes, no sentido de atuar sobre outras formas de desigualdades como a questão de gênero, que, em especial, também está em consonância com as percepções sobre gênero, como veremos nas seções seguintes. O tema ambiental, embora não tenha sido priorizado como um dos três principais problemas, aparece como tema a ser abordado pelas políticas públicas. A valorização da ciência e tecnologia dialoga diretamente com a valorização da educação e com as universidades, como instituição mais valorizada pelos entrevistados. Por fim, o direito ao lazer (ócio) é um tema percebido também como de âmbito das políticas públicas para as juventudes.

#### GRÁFICO 10

Você conhece alguma política pública importante para a juventude brasileira?



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

**PORTANTO, JOVENS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA PERCEBEM PROBLEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS COMO OS MAIS RELEVANTES, DENTRE OS POSSÍVEIS PROBLEMAS QUE AFETAM SUAS VIDAS E APONTAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS, COMO UM CAMINHO PRIVILEGIADO PARA TRATAR ESTAS QUESTÕES. OU SEJA,**

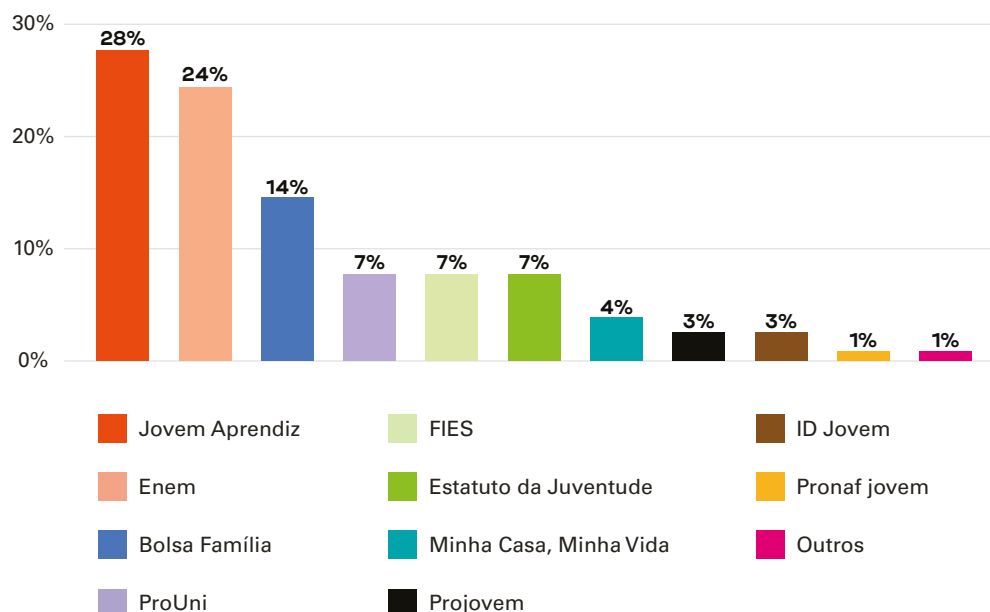
**APESAR DA MANIFESTAÇÃO DA POSSÍVEL PERDA DE CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES DE GOVERNO, AINDA APOSTAM NA CENTRALIDADE DO PAPEL DO ESTADO.**

Os jovens também foram perguntados se conheciam alguma política pública de juventude (PPJ) ou relacionada às juventudes. Somente 16% dos jovens afirmaram conhecer alguma das políticas apresentadas, 23% não sabiam responder e 61% não conheciam. Dos que afirmaram conhecer alguma

política pública de juventude, 28% mencionaram o Programa Jovem Aprendiz; 24% o ENEM; 14% o Bolsa Família; 7% o Estatuto da Juventude, o PROUNI e o FIES; 4% o Minha Casa Minha Vida; 3% o Projovem e o ID Jovem; 1% o PRONAF Jovem e 1% outros.

### GRÁFICO 11

#### Políticas Públicas de juventude



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

Se compararmos esses dados com a Pesquisa Agenda Juventude Brasil (2013), veremos que mais que o dobro dos jovens conhecia alguma PPJ naquele ano: 44% dos entrevistados tinham conhecimento de algum projeto ou programa de governo dirigido para a juventude. O ProJovem liderava, com 19% de citações espontâneas. Em segundo lugar vinha o Programa Universidade para Todos (ProUni), com 7%, e depois outros programas de educação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com 4%, e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), com 2%.

Isso se explica pelo fato de que, conforme Ribeiro et al. (2018), o período de governo petista (2005-2015) foi marcado pela construção de uma significativa institucionalidade no campo das políticas públicas de juventude, com a criação de centenas de órgãos governamentais municipais e estaduais e de

programas e políticas direcionadas aos jovens. No entanto, as mudanças, contrarreformas e os reveses decorrentes dos Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro retrocederam a implementação de PPJs e consequentemente, o conhecimento sobre elas.

A análise das percepções das juventudes brasileiras sobre os principais problemas do país, o papel do Estado e as prioridades para as políticas públicas revela uma geração marcada por fortes preocupações sociais, sobretudo com a pobreza, a insegurança e o desemprego. Ao mesmo tempo em que há adesão relevante a propostas punitivistas, também se observa um reconhecimento da importância de políticas estruturantes e de bem-estar social, sinalizando que a juventude brasileira não é homogênea em suas visões.

A BAIXA IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, EM COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES,

DENUNCIA OS EFEITOS DO DESMONTE INSTITUCIONAL RECENTE E EVIDENCIA A NECESSIDADE DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CANAIS DE DIÁLOGO ENTRE JUVENTUDE E ESTADO.





## CAPÍTULO 5

# IDEOLOGIA, POSICIONAMENTO POLÍTICO E DEMOCRACIA

Os resultados da pesquisa trazem também importantes contribuições para o entendimento quanto à percepção sobre a política, o papel do Estado e valores compartilhados. A pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente** apresenta dados relevantes para questionar leituras que colocam em dúvida o interesse das juventudes pela participação política ou que associam automaticamente a insatisfação com as instituições democráticas a visões conservadoras e ao avanço da direita no Brasil e em outros países da América Latina e do Caribe. Os resultados apontam para percepções mais complexas.

### Ideologias e posicionamento político

O caso brasileiro contribui para desconstruir leituras simplificadas sobre uma suposta juventude mais à direita ou um mero desencanto democrático entre os jovens. O que emerge, em vez de um deslocamento ideológico linear entre esquerda e direita, é uma juventude marcada por **contradições, disputas simbólicas e reinvenções políticas**. Ainda que tenhamos um grande número de jovens que se posicionam à direita, a maioria se posiciona ideologicamente ao centro, um dado que, mais do que adesão ao centrismo, pode ser interpretado como um sinal de distanciamento da polarização e do desgaste dos marcos tradicionais de representação.

Por outro lado, as percepções sobre democracia, papel do Estado e agendas prioritárias revelam uma combinação de valores progressistas e conservadores, o que aponta para uma reconfiguração geracional dos modos de participação e identificação política.

**ASSIM, AS JUVENTUDES  
BRASILEIRAS NÃO ADEREM DE  
FORMA HOMOGÊNEA A UMA  
AGENDA CONSERVADORA,  
MAS SE MOVIMENTAM EM UM  
TERRENO AMBÍGUO, NO QUAL  
COEXISTEM INSATISFAÇÕES COM A  
DEMOCRACIA E EXPECTATIVAS DE  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.**

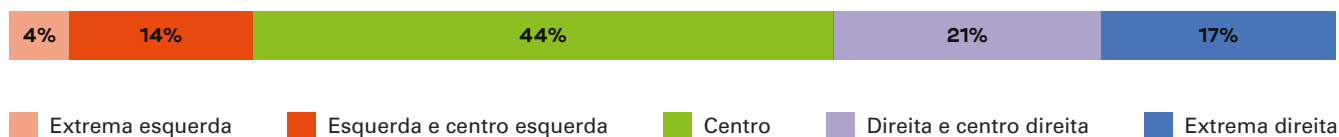
Conforme o gráfico abaixo, podemos observar esses elementos, pois, ao serem questionados sobre sua autoidentificação ideológica, nota-se uma tendência majoritária à posição de centro, com uma inclinação maior para o campo da direita em comparação à esquerda<sup>18</sup>.

18 Para esta classificação, agrupamos a autoidentificação em 1 como extrema esquerda; 2, 3 e 4 como esquerda e centro esquerda; 5 e 6 como centro, 7, 8 e 9 como direita e centro direita e 10 como extrema direita.



## GRÁFICO 12

### Escala de ideologia política<sup>19</sup>



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

**COMO PODEMOS OBSERVAR NO GRÁFICO, A JUVENTUDE BRASILEIRA SE POSICIONA, GRANDE PARTE, AO CENTRO, TOTALIZANDO 44% DOS JOVENS, CONTRA 38% DOS JOVENS QUE SE POSICIONAM MAIS À DIREITA, SENDO 21% DESTES AUTOIDENTIFICADOS COMO DIREITA E CENTRO DIREITA E 17% COMO EXTREMA DIREITA. SEGUIDOS DE 18% QUE SE IDENTIFICAM COM O CAMPO DA ESQUERDA, SENDO 4% AUTOIDENTIFICADOS COM A EXTREMA ESQUERDA E 14% COM A ESQUERDA E CENTRO ESQUERDA.**

Neste sentido, os dados mostram que os jovens brasileiros possuem uma identificação tanto com a direita quanto com a esquerda, com um destaque para a extrema direita, o que reflete desafios para o fortalecimento da democracia diante de visões ideológicas divergentes.

Um dos achados relevantes da pesquisa, em comparação com os dados regionais<sup>20</sup>, é a diferença de posicionamento ideológico entre jovens mulheres e homens na América Latina. Em diversos países, as mulheres jovens tendem a se identificar mais com a esquerda e a adotar posturas mais progressistas. No Brasil, por exemplo, 20% das mulheres jovens se identificam com a esquerda, em comparação com 16% dos homens jovens. Essa diferença se reflete em opiniões sobre diversos temas, que indicam uma tendência das mulheres jovens a se distanciarem mais de visões conservadoras e de direita e a expressarem visões mais progressistas em relação a temas sociais e políticos.

Os dados da pesquisa também corroboram e aprofundam estudos recentes sobre o alinhamento de parte das juventudes latino-americanas com posições de direita. Esses trabalhos têm apontado algumas características recorrentes, como a revalorização de pautas associadas aos períodos ditatoriais, a defesa do

<sup>19</sup> Pergunta: Quando as pessoas falam de sua ideologia e pontos de vista políticos entre esquerda e direita. Na seguinte escala (entre 1 e 10), em qual lugar você se colocaria?

<sup>20</sup> Ver em: Juventudes: asignatura pendiente - informe regional. Disponível em: <[https://juventudesasignaturapendiente.com/wp-content/uploads/2025/06/informe\\_regional-1.pdf](https://juventudesasignaturapendiente.com/wp-content/uploads/2025/06/informe_regional-1.pdf)>

neoliberalismo, especialmente no que diz respeito à desregulamentação econômica, e a adesão a valores conservadores em temas como o aborto e as liberdades individuais (Perez et al., 2024).

Os estudos sobre posicionamento à direita entre as juventudes também mostram que há diferenças quando consideramos gênero, raça e renda (Perez e Araújo, 2024). As mulheres jovens tendem a ser mais progressistas, enquanto os homens são predominantemente conservadores. Essas diferenças podem ser explicadas pelos avanços dos movimentos feministas, que têm impactado diretamente a conscientização e mobilização das mulheres em torno de causas relacionadas à igualdade de gênero. Esses movimentos, como o #EleNão em 2018, contra a eleição de Jair Bolsonaro por seus posicionamentos machistas e misóginos, destacam o papel das mulheres como protagonistas na luta contra ideologias conservadoras.

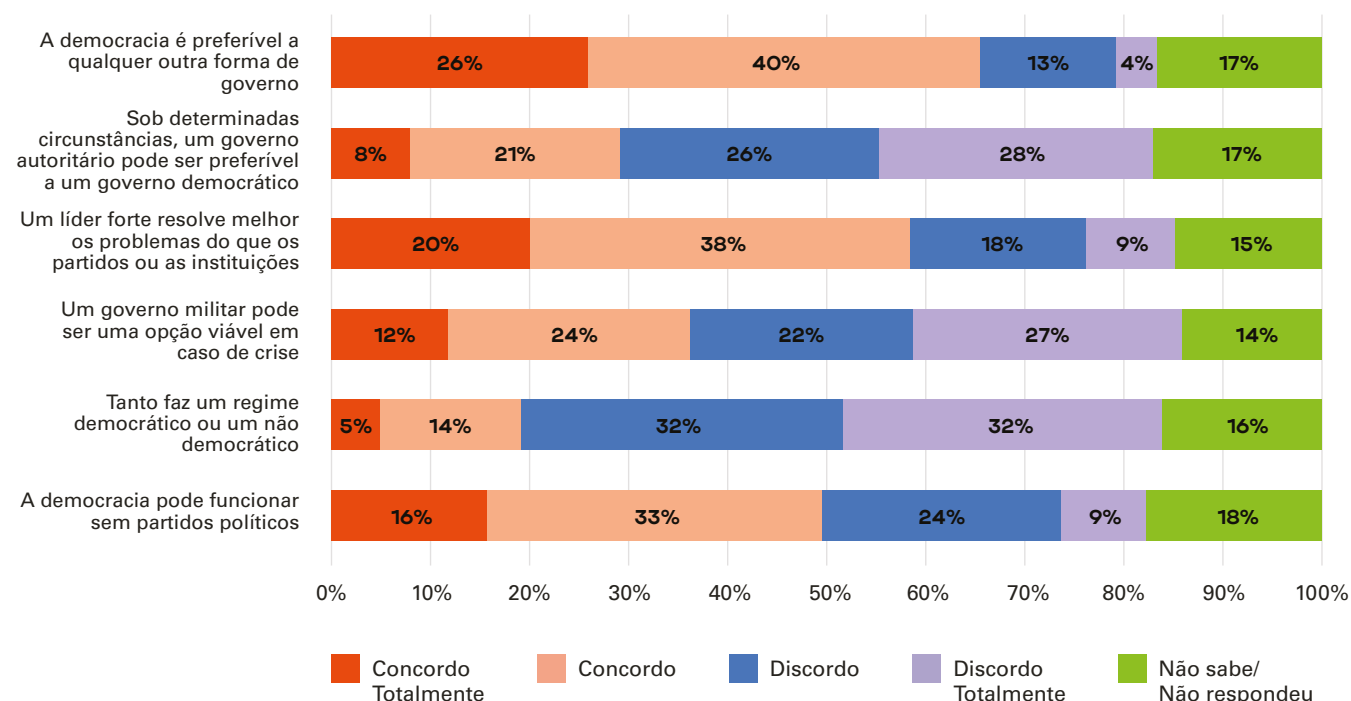
Em contraste, os homens tendem a se identificar mais com o conservadorismo devido à preservação dos privilégios tradicionais associados ao patriarcado (Perez e Araújo, 2024). O conservadorismo, segundo a análise do artigo, é visto como uma reação às mudanças propostas pelos ideais feministas e progressistas, que desafiam as estruturas sociais que historicamente favorecem os homens. Assim, o conservadorismo masculino surge como uma forma de resistência a essas transformações que buscam a igualdade de gênero.

### Visões sobre a democracia no Brasil

Em relação à cultura política, a pesquisa mostra um alto nível de acordo entre os jovens, de forma positiva, de que a democracia é a melhor forma de governo, conforme gráfico:

#### GRÁFICO 13

#### Visões sobre a democracia<sup>21</sup>



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

21 Pergunta: Qual é a sua opinião sobre a democracia? Mencione em que medida você concorda com as seguintes afirmações.

# A MAIORIA DOS JOVENS VALORIZA A DEMOCRACIA COMO A MELHOR FORMA DE GOVERNO.

66% CONCORDAM COM ESSA AFIRMAÇÃO (SEND O 26% TOTALMENTE DE ACORDO E 40% DE ACORDO), ENQUANTO 17% DISCORDAM.



No entanto, essa valorização convive com a aceitação de ideias que tensionam a democracia representativa, por exemplo, 58% concordam que um líder forte resolve melhor os problemas do que os partidos ou as instituições, 27% discordam dessa afirmação e, além disso, 49% dos jovens acreditam que uma democracia pode funcionar sem partidos políticos, enquanto 33% discordam dessa afirmação. De outro lado, 49% dos jovens discordam de forma contundente da afirmação de que um governo militar pode ser uma opção viável em caso de crise, contra 36% que concordam com essa afirmação. De igual maneira, a afirmação de que, em certas circunstâncias, um governo autoritário pode ser melhor que uma democracia é amplamente rejeitada por 54% dos jovens, embora ainda conte com o apoio de 29%.

NESSE SENTIDO, OS DADOS REVELAM QUE, EMBORA A MAIORIA DOS JOVENS VALORIZE A DEMOCRACIA COMO A MELHOR FORMA DE GOVERNO,

UMA PARCELA SIGNIFICATIVA APOIA LIDERANÇAS FORTES E A POSSIBILIDADE DE DEMOCRACIA SEM PARTIDOS, SUGERINDO CERTA FLEXIBILIDADE NOS ENTENDIMENTOS SOBRE DEMOCRACIA.

JÁ A REJEIÇÃO AOS GOVERNOS MILITARES E À IDEIA DE QUE UM GOVERNO AUTORITÁRIO É MELHOR QUE A DEMOCRACIA REFLETE UM COMPROMISSO GERAL COM PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS, AINDA QUE HAJA DIVISÕES SOBRE CONFIANÇA INTERPESSOAL E ESTRUTURAS TRADICIONAIS.

Este é um resultado positivo no Brasil, considerando que estudos anteriores (Moisés, 2008) indicaram uma alta presença dos ambivalentes, isto é, daqueles que, embora não se opunham frontalmente à democracia, não estão seguros em escolhê-la como melhor forma de governo. Na pesquisa de Moisés, em 2008, os ambivalentes chegavam a quase 40% na América Latina e, no Brasil, perto de 54%, 14 pontos percentuais a mais do que a média daqueles que defendiam a democracia.

Os dados mostram diferenças relevantes nas percepções sobre a democracia quando se considera a variável raça/etnia no Brasil. Um dos achados mais expressivos está na comparação entre a preferência pela democracia em relação a outras formas de governo. Entre os jovens brancos, 71% concordam que a democracia é preferível a qualquer outro regime (32% concordam totalmente e 38% concordam). Já entre jovens pretos e pardos, esse percentual é um pouco menor: 64% dos jovens pretos (24% totalmente de acordo e 40% de acordo) e 62% dos jovens pardos (22% totalmente de acordo e 40% de acordo) compartilham dessa visão. Embora a maioria em todos os grupos apoie a democracia, os dados sugerem que jovens brancos tendem a ter uma visão mais positiva em relação à democracia do que pretos e pardos.

Essa diferença pode ser explicada novamente pelo impacto do racismo estrutural no Brasil (Nascimento, 1978), onde pretos e pardos, que enfrentam historicamente maior desigualdade de oportunidades, tendem a considerar a democracia menos eficaz na resolução de seus problemas. É importante também assinalar que o Brasil tem uma história política marcada por golpes promovidos pela direita, e essa ideia de que a democracia não é capaz de garantir a vida da população permanece presente entre todos, incluindo as juventudes.

## Visões sobre direitos, papel do Estado e comportamentos

Em relação aos valores sobre direitos, papel do Estado e comportamento dos entrevistados, os jovens foram questionados sobre se estavam ou não de acordo com opiniões sobre temas que mobilizam a sociedade: 1. Papel do Estado em serviços, políticas públicas, território e redistribuição; 2. Papel do Estado no reconhecimento de direitos e garantia destes direitos e 3. Valores e comportamentos relacionados a percepções de vivência em sociedade. Em um primeiro bloco de questões observamos que os jovens participantes estão amplamente em acordo com as seguintes afirmações:

**TABELA 1**  
**O papel do Estado no reconhecimento de direitos e na atuação em sua defesa.**

| Afirmações                                                                                                                                                                            | Acordo <sup>22</sup> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 1. O Estado deve garantir o acesso gratuito de todos e todas à educação e saúde de qualidade.                                                                                         | 86%                  |
| 2. O cuidado com o meio ambiente deve ser uma prioridade dos governos.                                                                                                                | 85%                  |
| 3. As tecnologias devem ser regulamentadas para seu desenvolvimento.                                                                                                                  | 71%                  |
| 4. Os povos indígenas e as comunidades étnicas devem ter autonomia sobre seus territórios.                                                                                            | 75%                  |
| 5. Deve haver um imposto adicional para os ricos, a fim de redistribuir a riqueza.                                                                                                    | 60%                  |
| 6. Os serviços públicos e as empresas estratégicas (petróleo, telecomunicações, eletricidade, etc.) são de melhor qualidade quando administrados pelo setor privado e pelas empresas. | 52%                  |

<sup>22</sup> Os resultados somam as respostas "muito de acordo" e "de acordo".

Os dados evidenciam uma ampla concordância entre os jovens sobre a importância de um Estado ativo na garantia de direitos e na promoção de políticas públicas.

## GRANDE PARTE DOS JOVENS DEFENDEU TEMAS DE RELEVÂNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS:

**86%** CONSIDERAM PRIORIDADE A OFERTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE GRATUITAS

**85%** DESTACAM A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

**71%** APOIAM A REGULAÇÃO DAS TECNOLOGIAS

**75%** DEFENDEM O DIREITO À AUTONOMIA TERRITORIAL DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

**60%** ACREDITAM QUE DEVE HAVER REDISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA POR MEIO DA TAXAÇÃO DOS MAIS RICOS

Já em relação à gestão privada de serviços públicos e de empresas estratégicas, observa-se uma divisão maior, com a concordância de 52%. Esses resultados sinalizam um entendimento de Estado na perspectiva da disputa ideológica da relação entre um Estado amplo e indutor de políticas e redistribuição e uma perspectiva neoliberal de menos intervenção na oferta de serviços e nos lucros e na renda.

Contudo, estas juventudes manifestam posições que se apartam, em sua maioria, de um Estado mínimo e avançam para além da educação e saúde, para temas como meio ambiente, regulação da tecnologia, direitos de povos sobre seus territórios e taxaço de riquezas. A privatização da gestão de alguns serviços públicos estratégicos (petróleo, telecomunicações, eletricidade, etc.) aponta outro debate presente nas disputas políticas que relacionam pautas liberais e de um campo da direita. Neste caso, metade das juventudes entrevistadas manifestou apoio à privatização da gestão. Essa sinalização, que destoa das demais manifestações sobre problemas sociais, políticas públicas e agendas, nos leva a refletir sobre como os contornos dos serviços públicos estão em disputa na região.

Um segundo bloco reflete questões importantes sobre o papel do Estado no reconhecimento de direitos e na atuação em sua defesa.

### TABELA 2

**O papel do Estado no reconhecimento de direitos e na atuação em sua defesa.**

| Afirmações                                                                                          | Acordo <sup>23</sup> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 1. A educação sexual integral deve ser um tema prioritário nos currículos escolares.                | <b>56%</b>           |
| 2. As pessoas devem ter total liberdade para decidir sua orientação sexual e identidade de gênero.  | <b>66%</b>           |
| 3. As pessoas transgênero devem ter direito ao acesso a cuidados de saúde para afirmar seu gênero.  | <b>59%</b>           |
| 4. O casamento entre duas pessoas do mesmo sexo deve ser aceito sem qualquer tipo de discriminação. | <b>58%</b>           |
| 5. A interrupção voluntária da gravidez deve ser legal por qualquer motivo.                         | <b>33%</b>           |
| 6. Os imigrantes devem ter os mesmos direitos que os cidadãos nacionais.                            | <b>63%</b>           |

<sup>23</sup> Os resultados somam as respostas "muito de acordo" e "de acordo".



Os resultados mostram que a maioria dos jovens assume posições progressistas em temas de igualdade e direitos.

ENTRE ELES,

**66%** APOIAM A LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

**63%** DEFENDEM QUE IMIGRANTES TENHAM OS MESMOS DIREITOS QUE OS CIDADÃOS NACIONAIS.

**59%**

CONCORDAM QUE PESSOAS TRANSGÊNERO DEVEM TER ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE RELACIONADOS À AFIRMAÇÃO DE GÊNERO

**58%** ACEITAM O CASAMENTO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

**56%** ACREDITAM QUE A EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL DEVE SER UM TEMA PRIORITÁRIO NAS ESCOLAS.

Já, em relação aos direitos reprodutivos, observa-se maior tendência a posições conservadoras.

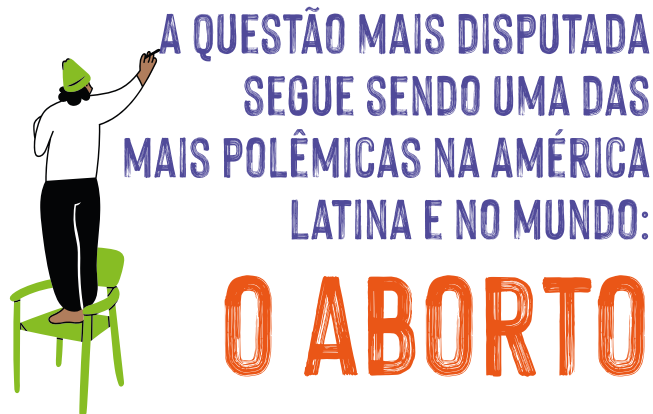
APENAS

**33%** APOIAM A LEGALIZAÇÃO DA INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ, ENQUANTO 43% ENTRE JOVENS DAS CLASSES MAIS ALTAS.

As seis afirmações analisadas revelam percepções que, à primeira vista, podem parecer contraditórias: algumas pautas encontram amplo apoio entre os jovens, enquanto outras geram divisões mais significativas. **Ou seja, embora prevaleça uma visão progressista em temas de inclusão e igualdade, persistem divisões quando se trata de direitos reprodutivos, evidenciando barreiras sociais e culturais para avanços mais amplos.**

É relevante destacar que, no que tange ao direito decidir sobre a própria orientação sexual, à inclusão da educação sexual no currículo escolar e às garantias aos cuidados de saúde das pessoas transgênero, o posicionamento favorável independe da autoidentificação ideológica. Ainda assim, a concordância tende a ser bem maior entre jovens de esquerda, mas também se manifesta de forma expressiva entre os que se identificam com a direita. Por exemplo, 81% dos jovens à esquerda e 52% à direita apoiam o acesso de pessoas trans à saúde pública; 77% dos jovens à esquerda e 49% à direita defendem o casamento homoafetivo; e 84%

dos jovens à esquerda e 59% à direita reconhecem o direito à livre orientação sexual. **Esses dados indicam que, apesar das clivagens ideológicas, há um campo comum de adesão a pautas de direitos e inclusão.**



A polêmica aparece em diferentes pesquisas sobre juventudes na região (Novaes e Ribeiro, 2010; González-Anleo, 2022), e aponta que, mesmo onde existe o avanço em legislações que defendem o direito ao aborto ou sua descriminalização, as posições seguem divididas.

A pesquisa mostra que a tensão em torno da pauta do aborto permanece forte. No Brasil, apenas 33% dos jovens apoiam o “aborto legal”, enquanto 51% se declaram contrários e 16% não souberam responder, configurando um dos posicionamentos mais conservadores da região. As diferenças ideológicas são significativas: 58% dos jovens que se identificam com a esquerda apoiam a medida, contra 27% no centro e 29% na direita. Já entre homens e mulheres não há uma diferença expressiva, embora as mulheres se mostrem ligeiramente mais favoráveis (34%). O tema se consolida, assim, como um marcador de posicionamento conservador entre as juventudes brasileiras. Além disso, trata-se de uma agenda em disputa histórica e permanente, sujeita a avanços e retrocessos no reconhecimento desse direito, como evidenciado recentemente no Brasil.

Já quanto ao reconhecimento dos direitos dos imigrantes, o Brasil foi um dos que mais os acolheu (63%). A manifestação por parte dos jovens quanto ao desejo de emigrar, não foi o mais alto, dentre os países da região, ainda que seja muito expressivo: acima de 50%. No caso das percepções por identificação ideológica 72% dos jovens de esquerda se posicionam bem mais favoráveis aos direitos dos imigrantes, ao passo que 57% dos que se posicionaram como de centro e 64% como de direita.

## Visões sobre gênero

Em seguida, os jovens foram questionados em relação a afirmações específicas sobre gênero, conforme pode ser observado na Tabela abaixo.

**TABELA 3**  
**Afirmações sobre gênero**

| Afirmações                                                                                                           | Acordo | Desacordo |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----------|
| 1. As mulheres que têm filhos(as) se sentem mais realizadas do que aquelas que não os(as) têm.                       | 30%    | 50%       |
| 2. Uma mulher não teria porque se sentir incomodada com uma cantada.                                                 | 27%    | 59%       |
| 3. A mulher tem mais capacidade do que o homem para desempenhar profissões que implicam o cuidado de outras pessoas. | 52%    | 33%       |
| 4. O sustento econômico da família deveria ser responsabilidade prioritariamente dos homens.                         | 36%    | 52%       |
| 5. Em alguns casos, em uma relação é justificável receber atos de violência por parte do cônjuge.                    | 17%    | 71%       |
| 6. Homens e mulheres têm as mesmas capacidades para ocupar cargos políticos e de liderança.                          | 83%    | 8%        |
| 7. A idade de aposentadoria das mulheres deve ser menor do que a dos homens.                                         | 62%    | 23%       |
| 8. O feminismo é uma ideologia que busca a submissão dos homens.                                                     | 36%    | 44%       |

Neste bloco, foram analisadas oito questões centrais sobre as opiniões das juventudes a respeito das relações de gênero. **Entre os temas mais diretamente ligados a comportamentos, destaca-se a ampla rejeição à violência contra mulheres. Na afirmação “Em alguns casos, em uma relação, é justificável receber atos de violência por parte do cônjuge”, 71% dos jovens discordaram totalmente, indicando forte rejeição.** Já em relação ao assédio, embora também haja maioria contrária (59%), o reconhecimento desse comportamento como violência mostrou-se menos expressivo. Esse conjunto de percepções foi complementado por uma situação hipotética apresentada na pesquisa: “Você vê que uma mulher está sendo assediada e violentada em um parque ou avenida próxima à sua residência. Se você se deparasse com a seguinte situação, que ações tomaria?”. As respostas mais escolhidas foram: chamar a polícia (69%), gritar, pedir ajuda ou enfrentar o agressor (41%) e denunciar à justiça (28%).

No campo econômico, três questões merecem destaque. A frase “O sustento econômico da família deveria ser responsabilidade prioritariamente dos homens” recebeu rejeição da maioria dos jovens: 52% discordaram, enquanto 36% concordaram. Esse resultado sinaliza uma percepção mais ampla da inserção das mulheres no mercado de trabalho e um avanço em relação a modelos patriarcais de poder econômico. Já na afirmação “A mulher tem mais capacidade que o homem para desempenhar profissões que impliquem o cuidado de outras pessoas”, o padrão se inverte: 52% concordaram e apenas 33% discordaram. O dado evidencia que, embora a responsabilidade pela renda seja vista de forma mais compartilhada, o trabalho de cuidados ainda é fortemente associado às mulheres, inclusive no espaço profissional. Isso reforça a permanência de estereótipos que sustentam a desvalorização econômica do cuidado e a reprodução das desigualdades de gênero (Falquet, 2008).

A aposentadoria, tratada pela frase “A idade de aposentadoria das mulheres deve ser menor que a dos homens”, foi um tema bem aceito pelas juventudes no Brasil, com 62% concordando com a afirmação. Nesta questão houve diferença de posicionamento entre os gêneros, que variou bastante: 67% das mulheres concordaram com essa afirmação, contra 57% dos homens.

Um sexto tema desse bloco transita entre o espaço de inserção na sociedade e o papel na família, expressa em “As mulheres que têm filhos/as se sentem mais realizadas que aquelas que não os/as têm.” Com amplo desacordo, apenas 30% concordaram, ao passo que 50% discordaram, com alto percentual (20%) de não manifestação. Essa afirmação, entre os temas de gênero, foi uma das mais elevadas quanto à não resposta. Também nesta questão 59% das mulheres se manifestaram em desacordo, bem acima dos 41% de entrevistados homens, seguido pela variação maior também na não resposta: 15% entre mulheres e 25% entre homens.

Em diálogo com os temas da inserção no mercado de trabalho e vinculado à economia dos cuidados, esse posicionamento aponta a possibilidade de descolamento progressivo de uma visão menos essencialista, que atribui como principal definição das mulheres seu “papel de maternidade”. Aproximando essas mesmas três questões que configuram pautas mais estritamente econômicas e da centralidade da maternidade e cuidados, com os posicionamentos sobre direito ao matrimônio homoafetivo e ao aborto, temos um núcleo de disputa mais conservadora, que está mais restrito a questões que atravessam a ideia conservadora de família. Ou seja, o conservadorismo se expressa menos nas relações de gênero que na percepção de uma família heteronormativa e com controle social sobre os corpos das mulheres. A defesa dessa família “tradicional” é uma agenda que persiste para o avanço de direitos à vivência da sexualidade e formas de família não binárias e não heteronormativas (Butler, 2003).



Ainda assim, isso não se reflete na mesma dimensão em outros temas relevantes para a disputa na participação política e percepções de valores sobre a sociedade. As últimas duas afirmações, contribuem para compreendermos essa complexidade da disputa. A primeira trata da dimensão da representação política com “Homens e mulheres têm as mesmas capacidades para ocupar cargos políticos e de liderança”. 83% apontaram um amplo posicionamento de acordo com essa posição.

E por fim, podemos dizer que a afirmação sobre a ideologia feminista dividiu os participantes: “O feminismo é uma ideologia que busca a submissão dos homens”, 36% concordaram. A variação por gênero foi significativa, 28% das mulheres jovens e 45% dos homens jovens concordaram. E, novamente, muitas não respostas (NS/NI) chegando a 20%. Há nesta questão um posicionamento sensível à identificação ideológica: os mais à esquerda concordaram menos que os mais à direita, 22% e 47%, respectivamente.

**Em síntese, os resultados deste capítulo revelam que as juventudes brasileiras vivem um cenário de ambivalências e disputas simbólicas que desafiam leituras simplificadas. Se, por um lado, a maioria valoriza a democracia e reconhece o papel central do Estado na garantia de direitos e políticas públicas, por outro, cresce a adesão a discursos de lideranças fortes e a pautas conservadoras em torno da família e da sexualidade. A pluralidade de visões sobre ideologia, direitos e democracia demonstra que não se trata de uma geração homogênea, mas de jovens que transitam entre demandas progressistas e conservadoras, elaborando formas próprias de engajamento político.** Essa ambivalência se conecta de maneira direta ao tema do próximo capítulo, no qual exploramos como esses jovens percebem e se relacionam com as instituições democráticas e de que formas encontram espaços para se engajar politicamente.



## CAPÍTULO 6

# CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

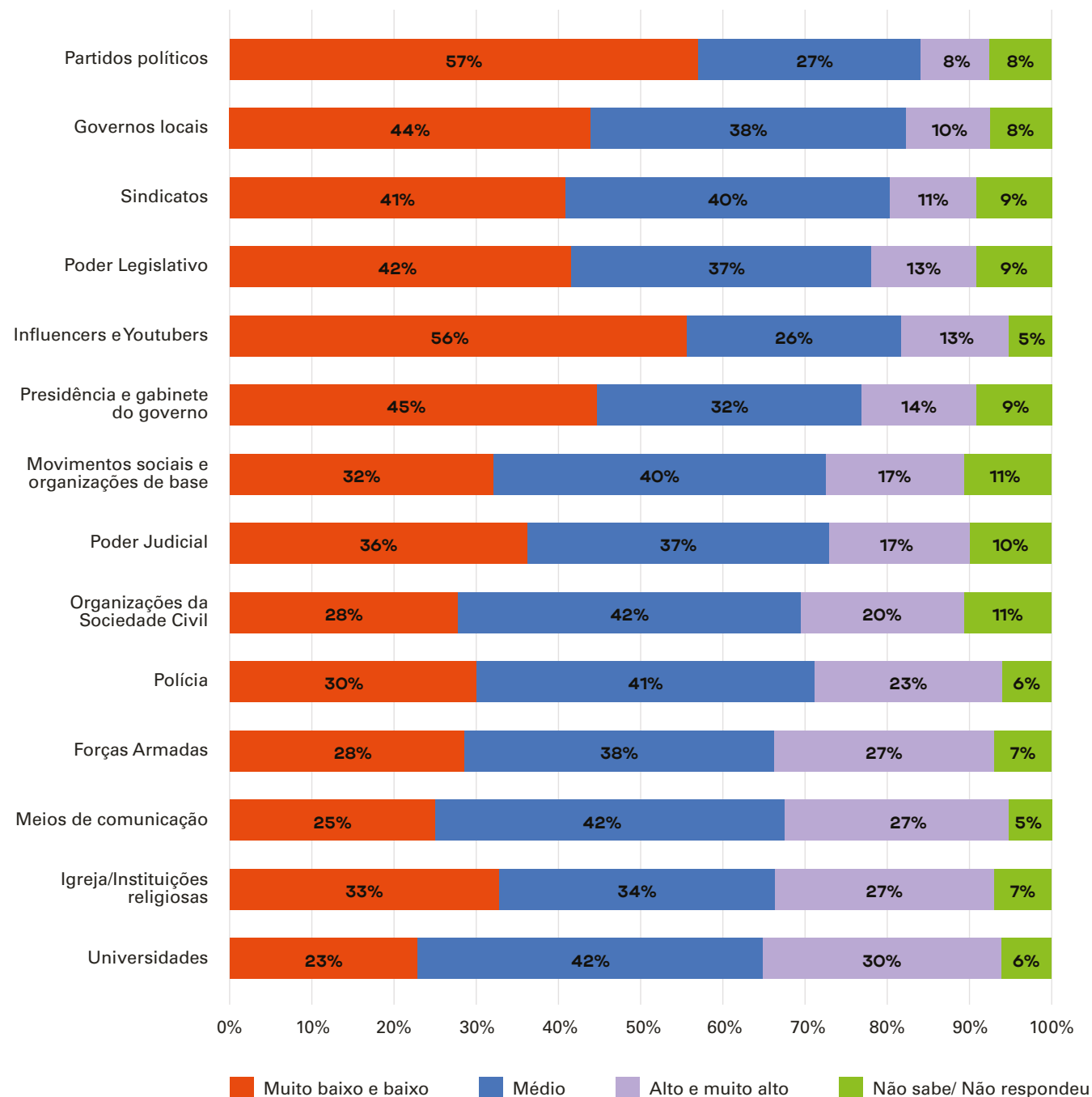
Este capítulo explora a relação entre a juventude brasileira, as instituições democráticas e a participação política. A análise inicial revela uma crise de confiança e legitimidade, na qual os jovens demonstram uma certa insatisfação com a democracia e um alto nível de desconfiança em partidos políticos e no Poder Legislativo. No entanto, o capítulo também aponta para um cenário de engajamento, em que a juventude demonstra

interesse por causas sociais e ambientais. **Esses achados sugerem que, embora a participação institucional seja baixa, a juventude brasileira possui um potencial de mobilização latente, impulsionado por um desejo de mudança e justiça.**

Os dados da pesquisa detalham o nível de confiança das juventudes brasileiras em várias instituições, que, de modo geral, possuem médio grau de confiança, conforme gráfico a seguir:

# CONFIANÇA



**GRÁFICO 14****Nível de confiança nas instituições brasileiras.**

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

O gráfico mostra os níveis de confiança em instituições brasileiras destacando as universidades como a instituição de mais alta confiança, com 30% dos jovens indicando alta e muito alta confiança,

42% média confiança e 23% baixa e muito baixa confiança. Em seguida, temos as Igrejas/ instituições religiosas, Meios de comunicação e Forças Armadas, as três instituições com 27% de

alta e muito alta confiança. No entanto, destas três, as Igrejas/instituições religiosas, possuem também um alto grau de desconfiança, com 33% dos jovens indicando baixa e muito baixa confiança.

Em contrapartida, os jovens possuem baixa confiança nos partidos políticos (57% de baixa e muito baixa confiança) e nos Influencers e Youtubers (56% de baixa e muito baixa confiança), seguidos da Presidência e gabinete do governo (45% de baixa e muito baixa confiança) e governos locais (44% de baixa e muito baixa confiança). A diferença com as instituições de maior confiança (que possuem também um grau alto de desconfiança) é que as de menor confiança como os partidos políticos, youtubers e influencers possuem também um nível muito baixo de jovens que indicaram confiança.

**OS DADOS REVELAM UMA  
PREFERÊNCIA POR INSTITUIÇÕES  
COM ALTA CREDIBILIDADE  
PÚBLICA, COMO UNIVERSIDADES E  
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ENQUANTO  
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ENFRENTAM  
UMA CRISE DE LEGITIMIDADE. NO  
ENTANTO, É IMPORTANTE RESSALTAR  
QUE A GRANDE MAIORIA DOS JOVENS  
POSSUI MÉDIO GRAU DE CONFIANÇA  
EM QUASE TODAS AS INSTITUIÇÕES.**

Existem diferenças significativas no nível de confiança nas instituições quando analisamos os dados por raça/etnia. Uma das instituições com maior variação é a polícia. Jovens brancos tendem a demonstrar menor desconfiança em relação à polícia, com 30% de baixo e muito baixo nível de confiança, enquanto entre jovens pretos esse percentual sobe para 36%. Além da polícia,

o sistema judicial também apresenta diferenças significativas no nível de confiança considerando-se a raça. Entre os jovens brancos, cerca de 39% indicam alta e muito alta confiança na justiça, enquanto esse número baixa 4 pontos percentuais para jovens pretos e pardos (35% possuem baixa e muito baixa confiança).

Historicamente, jovens pretos e pardos estão mais expostos a situações de violência policial, o que contribui para uma percepção mais negativa da polícia. Da mesma forma, a disparidade de confiança no sistema judicial reflete a experiência desses jovens com este sistema que, ao longo do tempo, tem sido marcado por julgamentos mais severos e taxas de encarceramento desproporcionalmente altas para pessoas negras. De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), em 2019, 66,7% da população carcerária no Brasil era composta por pessoas negras (pretos e pardos), enquanto elas representavam cerca de 56% da população total do país, segundo o IBGE. Além disso, o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) aponta que pessoas negras têm uma probabilidade significativamente maior de serem presas em operações policiais e de receberem sentenças mais severas em comparação com pessoas brancas. Esses dados evidenciam como o sistema de justiça no Brasil impacta de maneira desproporcional a população negra, reforçando a desconfiança dessas comunidades na equidade das decisões judiciais e na imparcialidade do sistema judicial.

É importante ressaltar que outras pesquisas (Perez e Souza, 2020) mostram que a descrença nas instituições democráticas está presente em toda a sociedade brasileira e persiste na série histórica de *surveys* sobre o tema. As juventudes desconfiam sobretudo das instituições democráticas e, principalmente, dos partidos políticos por diversas razões justificáveis. Uma delas é a dificuldade de entrada nessas instituições, dominadas pelo mesmo perfil da elite política que controla o Brasil: homens brancos, mais velhos, de classes sociais e regiões mais abastadas.

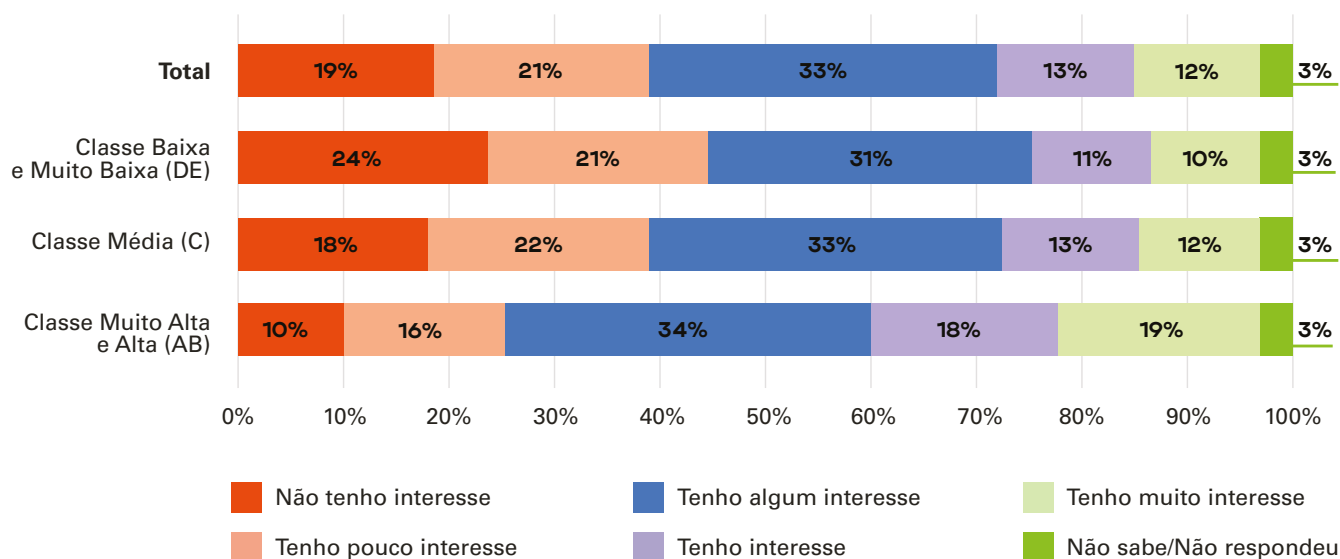
Para contribuir com a análise de participação que será tratada a seguir, apresentamos o debate sobre a percepção dos jovens acerca dos sindicatos. Neste quesito, ainda que a participação e filiação sejam baixas, há uma percepção positiva do papel do sindicato. A confiança nos sindicatos é dividida: 41% não confiam, 40% têm confiança média, e apenas 11% possuem alta confiança. Ainda assim, das cinco proposições apresentadas para serem apreciadas, a afirmação “Acho que os sindicatos atuam por seus próprios interesses e não defendem meus direitos trabalhistas” recebeu 16% de acordo. Das outras afirmações, 27% apontaram que “Sinto que preciso de mais informação e educação sobre o sindicalismo e os direitos trabalhistas”, sendo a que mais recebeu acordo entre os jovens.

Outra proposição que também recebeu concordância foi: “Acho que os sindicatos têm um papel importante na democracia”, por 25% dos jovens.

Além disso, uma segunda proposição foi bem recebida: “Os sindicatos são organizações necessárias para a defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as”, com ampla concordância de 63% dos jovens entrevistados. O recorte de classe mostrou que, quanto mais alta a classe, maior a defesa desse papel dos sindicatos sendo 70% de jovens da classe alta e 60% de jovens da classe baixa. Essa percepção, associada à precarização e falta de direitos vistos na primeira parte, pode indicar uma distância real entre os sindicatos e os tipos de trabalho predominantes para os jovens no Brasil.

No que tange à participação política, a pesquisa nos mostra que, em termos gerais e em diversas questões, há pouco interesse pela política entre as juventudes do Brasil, conforme mostra o gráfico abaixo:

### GRÁFICO 15 Interesse em política<sup>24</sup>



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

24 Pergunta: Algumas pessoas acompanham com frequência os acontecimentos políticos, com ou sem eleições. Outros não estão interessados na política. Qual é o seu nível de interesse na política?

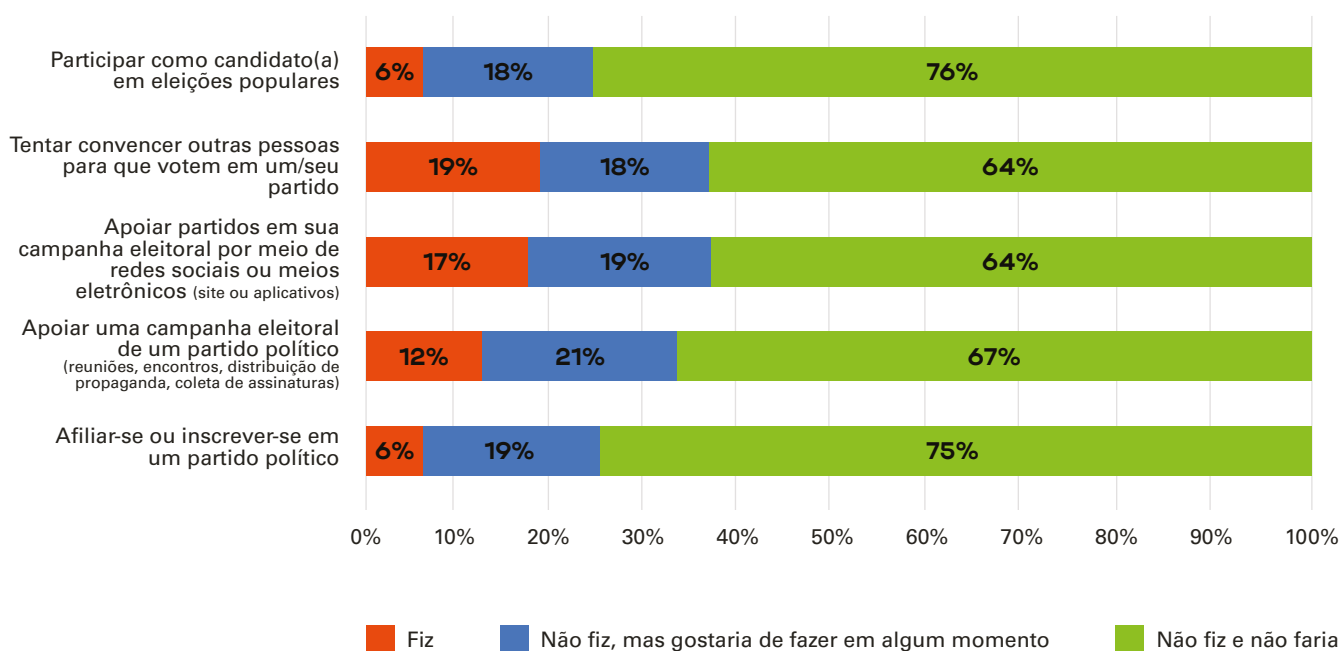
O gráfico mostra que, no geral, 19% dos jovens não têm interesse em política, 21% têm pouco interesse, 33% têm algum interesse, 13% têm interesse, e 12% demonstram muito interesse. As classes sociais alta e muito alta (AB) apresentam 19% de muito interesse, enquanto na classe média (C) esse percentual é de 12% e na classe média-baixa e baixa (DE) cai para 10%. **Esses dados indicam que o interesse político é moderado, com maior engajamento entre jovens de classes altas. A baixa participação nas classes mais baixas, entretanto, reflete desafios na inclusão política e a necessidade de estratégias para engajar melhor esses grupos no cenário político.** Os jovens também foram questionados com que frequência discutem política com outros

jovens e 16% disseram nunca, 34% raramente, 33% ocasionalmente, 11% frequentemente e somente 5% muito frequentemente. E, ao serem questionados do porquê não discutirem política, os jovens disseram que é um tema muito conflitivo (35%), não se interessam pelo tema (33%), se estressam com o tema (20%) e não entendem de política (19%)<sup>25</sup>.

Essa tendência moderada de interesse pela política traduz-se, conseqüentemente, na pouca participação dos jovens na política, no entanto, para tentar entender a abertura ou não dos jovens para a participação política partidária, questionamos os jovens se já fizeram ou se teriam interesse em participar mais ativamente na política.

## GRÁFICO 16

### Participação política<sup>26</sup>

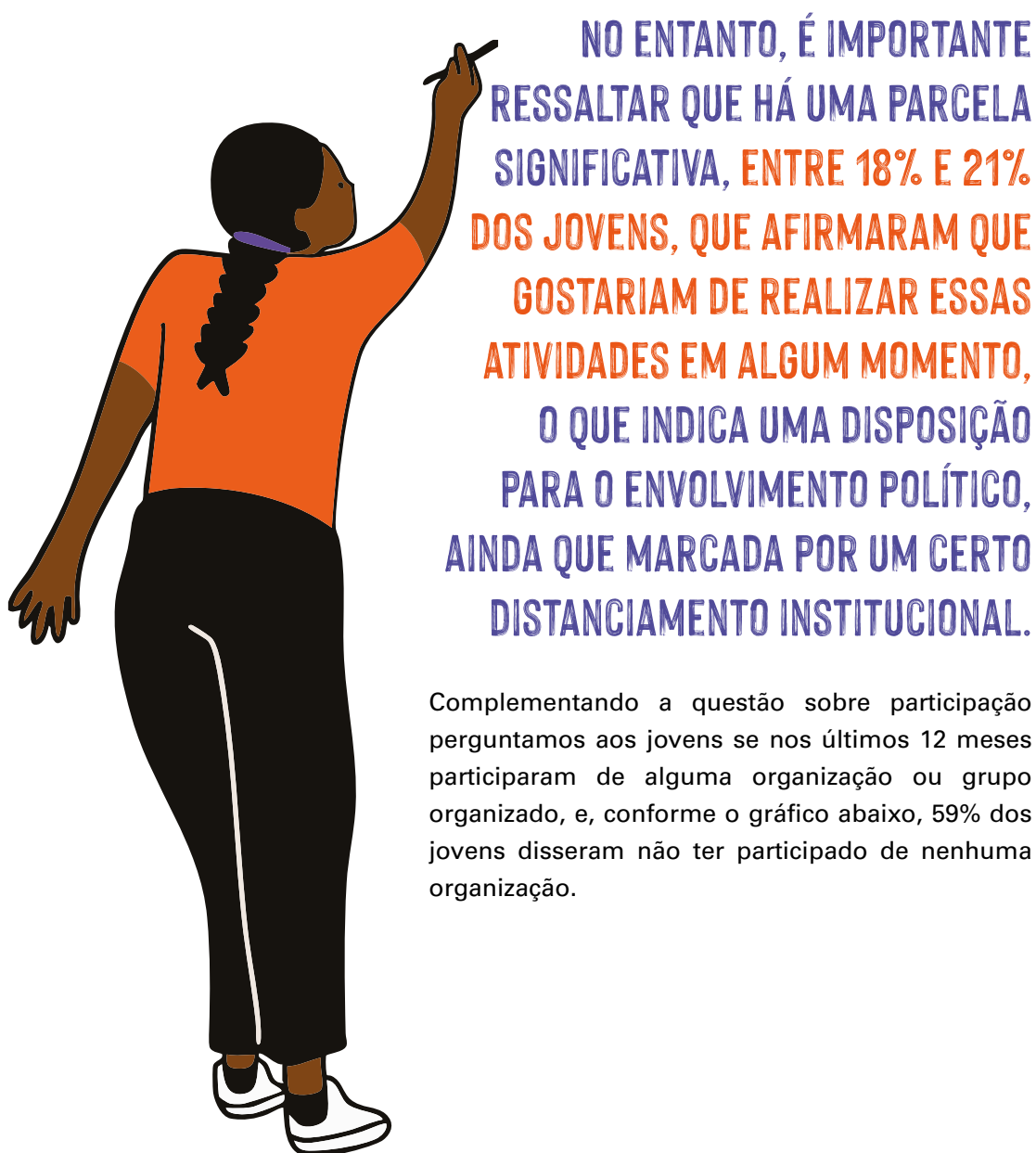


Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

<sup>25</sup> Os jovens podiam elencar mais de um motivo, por isso as porcentagens somam mais de 100%.

<sup>26</sup> Pergunta: Há várias formas de participar e se envolver em partidos políticos. Na seguinte lista, marque aquelas que você fez ou teria interesse de realizar em algum momento.

O gráfico acima evidencia que a participação política dos e das jovens é bastante limitada. A maior parte afirma que não fez e não faria nenhuma das ações apresentadas, variando entre 64% e 76% das respostas. A parcela de jovens que já participou ativamente é pequena, com destaque para 19% que afirmam ter tentado convencer outras pessoas a votar em determinado partido, 17% que já apoiaram campanhas por meio de redes sociais ou meios eletrônicos, 12% que já apoiaram campanhas com atividades como reuniões ou distribuição de propaganda e 6% que se candidataram ou se filiaram a partidos políticos.



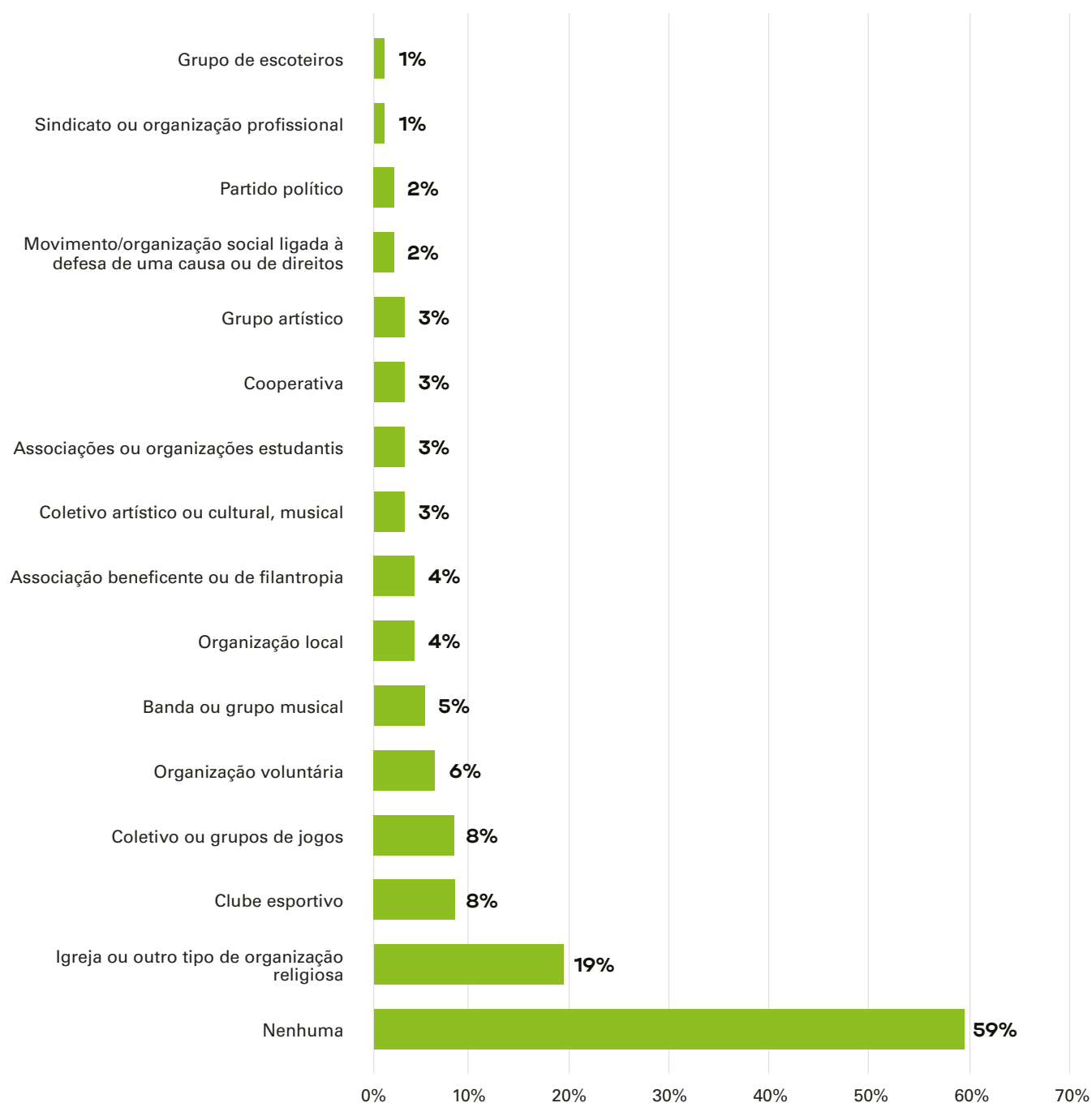
**NO ENTANTO, É IMPORTANTE  
RESSALTAR QUE HÁ UMA PARCELA  
SIGNIFICATIVA, ENTRE 18% E 21%  
DOS JOVENS, QUE AFIRMARAM QUE  
GOSTARIAM DE REALIZAR ESSAS  
ATIVIDADES EM ALGUM MOMENTO,  
O QUE INDICA UMA DISPOSIÇÃO  
PARA O ENVOLVIMENTO POLÍTICO,  
AINDA QUE MARCADA POR UM CERTO  
DISTANCIAMENTO INSTITUCIONAL.**

Complementando a questão sobre participação perguntamos aos jovens se nos últimos 12 meses participaram de alguma organização ou grupo organizado, e, conforme o gráfico abaixo, 59% dos jovens disseram não ter participado de nenhuma organização.



## GRÁFICO 17

### Participação em organizações<sup>27</sup>



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

<sup>27</sup> Pergunta: Nos últimos 12 meses, você participou de alguma das seguintes organizações ou grupo organizado? Marque todas as que sejam necessárias.

O gráfico mostra que, nos últimos 12 meses, entre aqueles que participaram, 19% se envolveram com organizações religiosas, enquanto 8% estiveram em clubes esportivos e em coletivos ou grupos de jogos. Outras formas de participação, tiveram percentual menor, com 6% para voluntariado e 4% para bandas ou grupos artísticos. A participação em sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e outros grupos foi inferior a 3%.

**O resultado do gráfico mostra uma tendência geral de baixa participação em organizações ou grupos formais e uma maior taxa de participação em grupos religiosos e comunitários e atividades de lazer, como esportes e hobbies, o que indica uma tendência à participação, mas em atividades que se abrem mais às juventudes.**

A baixa participação em sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos reafirma resultados de outras pesquisas (Perez e Souza, 2020) que mostram o desinteresse dos jovens pelos canais institucionais de participação, evidenciando a falta de identificação deles com esses espaços que, não raro, constituem estruturas hierárquicas, pouco participativas e adultocêntricas (feitas por e para adultos).

No caso dos jovens que disseram ter participado em alguma organização nos últimos 12 meses, as razões que os motivaram foram<sup>28</sup>: para adquirir conhecimento (40%), porque quer ajudar (29%), porque sente que dessa forma usa melhor o tempo livre (29%), por convicções políticas, sociais ou religiosas (25%), para se divertir e conhecer pessoas (23%), porque seus amigos também participam (21%), por tradição familiar (20%) e para conhecer gente (14%).

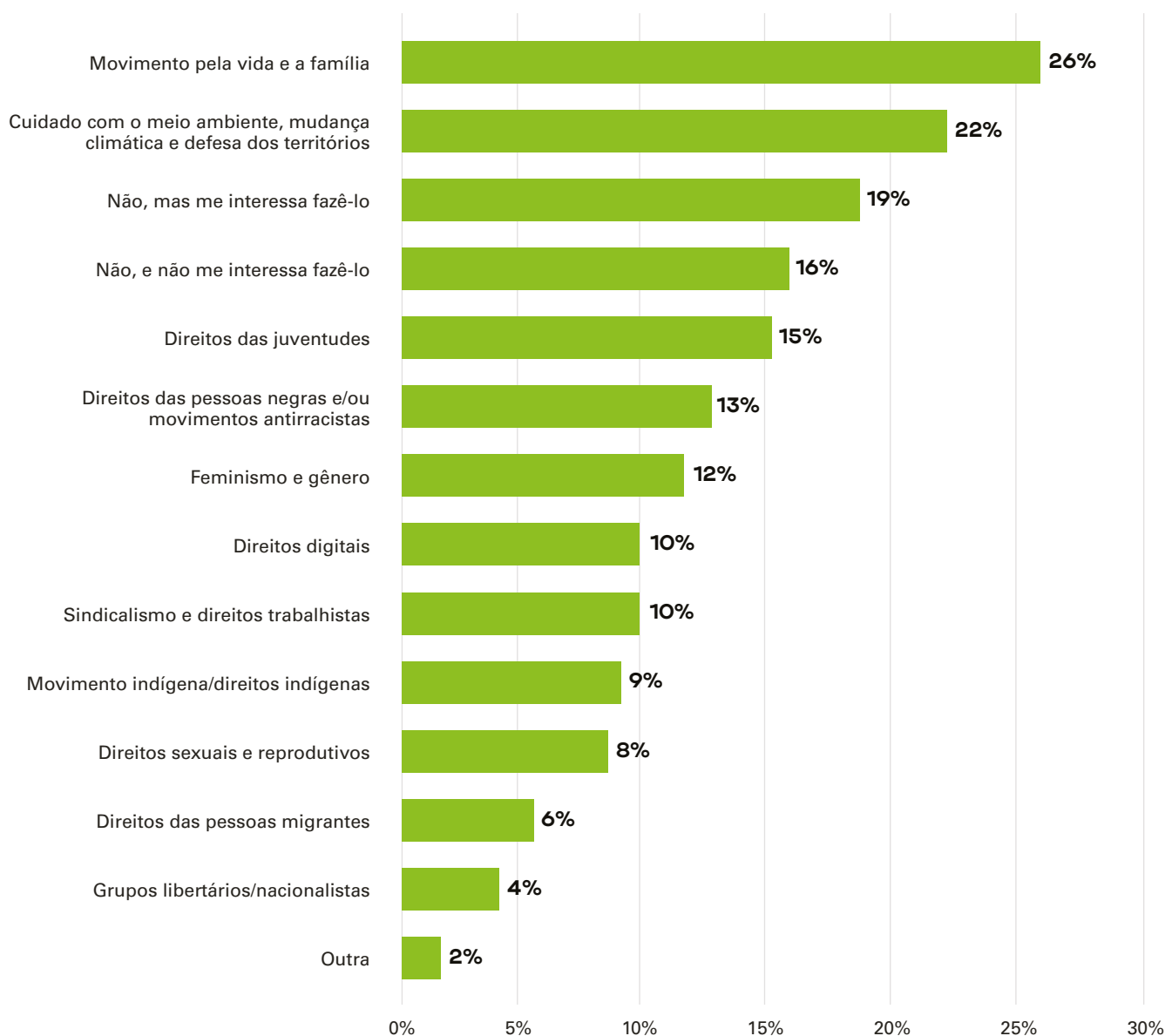
Entre aqueles que não participaram<sup>29</sup>, as três razões principais foram a falta de tempo (44%), não encontraram organizações de interesse (33%) e que preferem fazer as coisas sozinhos (28%). Esse resultado merece atenção especial, pois pode ser compreendido, em parte, pela disseminação do ideário neoliberal no Brasil. A lógica neoliberal difunde a noção de que “tempo é dinheiro” e de que conquistas devem ser alcançadas prioritariamente por meio do esforço individual. Essa visão fragiliza a valorização do trabalho coletivo, como aquele desenvolvido em organizações e movimentos sociais e faz com que muitos jovens associem a atividade política à perda de tempo, preferindo investir em trajetórias individuais com a crença de que, sozinhos, conseguirão alcançar uma vida digna. **Além disso, é importante considerar as condições concretas da juventude trabalhadora: grande parte está inserida em ocupações precárias, conciliando longas jornadas e extensos deslocamentos nas grandes cidades brasileiras. Nesse contexto, a “falta de tempo” aparece não apenas como percepção subjetiva, mas como elemento estruturante da vida cotidiana, limitando a possibilidade de engajamento político e coletivo.**

Para medir a participação atual, a pesquisa também coletou as preferências dos jovens em relação às causas ou organizações pelas quais militam ou participam ativamente.

28 Pergunta: Na pergunta anterior, você afirmou que participou de pelo menos uma organização. O que motivou você a participar? Assinale as 2 razões principais.

29 Pergunta: Qual é o motivo principal pelo qual você não tem interesse em fazer parte das organizações mencionadas anteriormente? Assinale as 2 razões principais.

## GRÁFICO 18

Tipo de organizações/causas pelas quais militam<sup>30</sup>

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

30 Pergunta: Das seguintes opções de organizações segundo suas causas, marque aquela ou aquelas nas quais você milita ou participa atualmente.

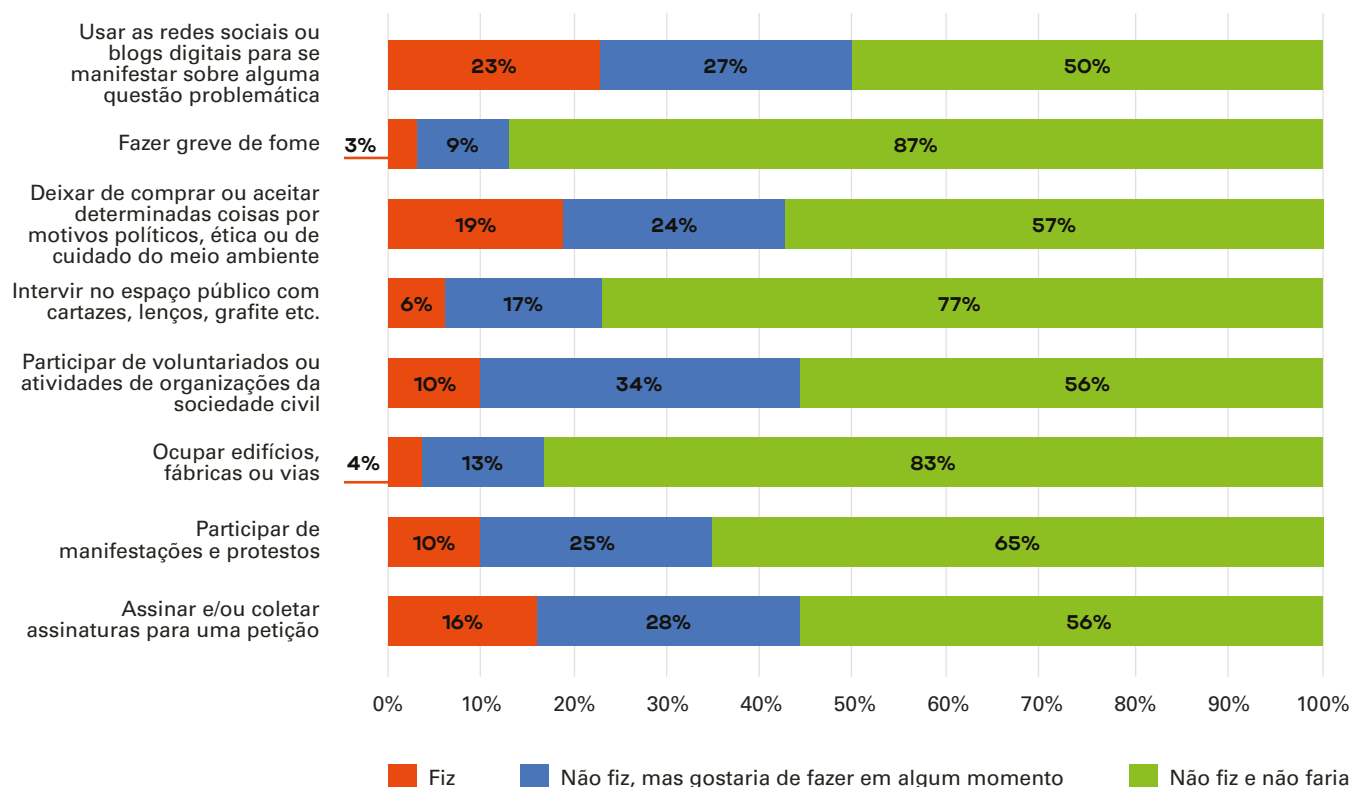
Conforme o gráfico, o maior engajamento, 26%, é com o “Movimento pela vida e pela família”, seguido por 22% jovens que apontaram causas relacionadas ao “Cuidado do meio ambiente, mudanças climáticas e defesa dos territórios”. Além disso, 19% indicaram que não militam, mas gostariam de fazê-lo, enquanto 16% afirmaram não ter interesse em se envolver. Outras causas incluem os “Direitos das juventudes” (15%), “Direitos das pessoas afro e movimentos antirracistas” (13%), “Feminismo e gênero” (12%), “Direitos digitais” (10%), “Sindicatos e direitos trabalhistas” (10%), e “movimentos indígenas” (9%). As causas com menor participação são os “Direitos sexuais e reprodutivos” (8%), “Direitos de pessoas migrantes” (6%), e “Grupos libertários/nacionalistas” (4%).

Esses dados indicam que há uma preferência dos jovens em se engajar em temas relacionados à defesa da vida e da família, porém existe também uma presença significativa de jovens interessados em se envolver com outras causas, como o cuidado do meio ambiente, direitos das juventudes e movimentos antirracistas. Estes temas revelam um potencial para engajamento político e social. O interesse de 19% em participar, apesar de não estarem atualmente envolvidos, mostra que existe uma abertura para mobilização futura, sobretudo se os temas estiverem mais conectados à realidade cotidiana desses jovens.

Por fim, apresentamos aos jovens algumas formas possíveis de participar politicamente e pedimos para que nos respondessem se já fizeram ou se teriam interesse em fazê-lo em algum momento<sup>31</sup>:

## GRÁFICO 19

### Formas de participar na política



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

31 Pergunta: Há várias formas de se envolver na política. Na lista de ações a seguir, marque aquelas que você fez ou teria interesse de realizar em algum momento.

O GRÁFICO REVELA QUE  
AS FORMAS DE ENGAJAMENTO POLÍTICO  
MAIS PRATICADAS PELA JUVENTUDE AINDA  
ESTÃO LIGADAS A AÇÕES DE BAIXO CUSTO E  
MAIOR ACESSIBILIDADE,  
COMO O USO DAS REDES SOCIAIS E BLOGS DIGITAIS  
PARA SE MANIFESTAR (23%) E A ASSINATURA OU  
COLETA DE ASSINATURAS PARA PETIÇÕES (16%).



Já as práticas mais disruptivas, como greves de fome (3%) ou ocupação de edifícios e vias (4%), têm baixa adesão e alto índice de rejeição (87% e 83%, respectivamente), o que sugere limites claros à disposição para ações mais radicais. Por outro lado, chama atenção a expressiva parcela de jovens que, embora não tenha participado de determinadas atividades, gostaria de fazê-lo em algum momento, como no caso do voluntariado em organizações da sociedade civil (34%) e da participação em manifestações e protestos (25%). **Esse dado revela uma juventude que, apesar de enfrentar barreiras materiais e simbólicas à participação, mantém um potencial de engajamento político que pode ser mobilizado a partir de pautas relevantes e canais de ação mais acessíveis ao seu cotidiano.**

A análise das formas de participação política da juventude evidencia como os jovens têm se posicionado frente às possibilidades de ação coletiva e engajamento social. Mais do que medir práticas já consolidadas, os dados permitem compreender tanto os limites quanto as potencialidades de mobilização dessa geração em um contexto marcado por transformações nas formas de participação e por tensões entre ação institucional, ativismo tradicional e novas expressões políticas. Nesse sentido, é essencial também analisar como esses processos se expressam nos meios digitais, especialmente nas redes sociais, que hoje ocupam lugar central no acesso à informação e na mobilização coletiva.

## CAPÍTULO 7

# MOBILIZAÇÃO EM REDES E ACESSO À INFORMAÇÃO

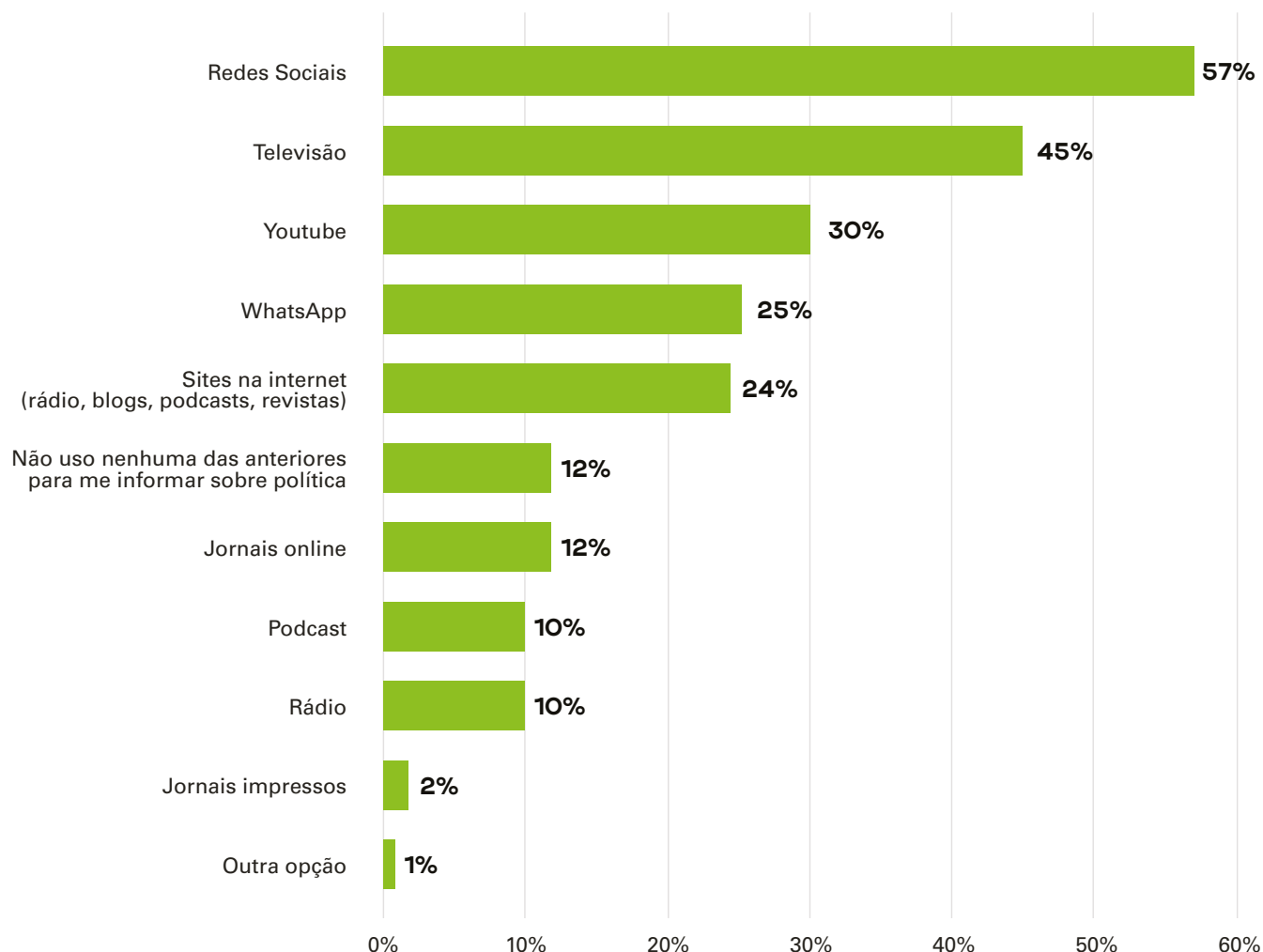
O papel das redes digitais na vida das juventudes é central tanto para o acesso à informação quanto para formas de mobilização social e política. **Se, por um lado, as redes sociais se consolidaram como a principal fonte de notícias e espaço de circulação de ideias, por outro, também se revelam como ambientes marcados por interações mais passivas e usos predominantemente voltados ao entretenimento.** Esse duplo movimento ajuda a compreender os limites e as possibilidades do engajamento dos jovens no meio digital: ao mesmo tempo em que a conectividade amplia o acesso às informações e às agendas coletivas, a desinformação e a superficialidade das interações reduzem o potencial de ação.

Ao analisar, portanto, como os jovens brasileiros se informam, se mobilizam e interagem nas redes sociais podemos compreender dinâmicas mais amplas de participação política contemporânea, nas quais o digital se entrelaça às formas tradicionais de engajamento. Nesse sentido, a pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente** também mediu como os jovens se comunicam, se informam e quais temas mais os mobilizam nas redes. Contrariando certa percepção crítica das juventudes que as consideram apáticas ou desinformadas, a pesquisa também evidencia o quanto a juventude está atenta às notícias.

**Segundo os dados, a maioria dos jovens brasileiros presta atenção às notícias de maneira regular com 60% consumindo diariamente e 33% algumas vezes na semana, totalizando 93% de engajamento**

**frequente.** Por outro lado, apenas 4% acompanham mensalmente, 1% algumas vezes ao ano, e 2% afirmam nunca consumir notícias. Esses dados refletem que a prática de acompanhar as notícias é um hábito amplamente difundido entre os jovens brasileiros, com o consumo diário predominando de forma significativa.

O que mais chama a atenção é o alto percentual de consumo diário e semanal, indicando um forte interesse em se manter atualizado sobre os acontecimentos. Esse comportamento pode ser atribuído ao contexto sociopolítico brasileiro, marcado por eventos de grande impacto, e à acessibilidade às mídias digitais, que tornam as informações mais fáceis de acessar. **A baixa proporção de jovens que nunca consomem notícias (2%) ressalta o papel central da informação no cotidiano dessa população, ao mesmo tempo que destaca a necessidade de promover o acesso a fontes confiáveis em meio ao cenário de desinformação crescente.** Diante desse cenário de forte interesse por notícias, é relevante observar quais são as principais fontes de informação política utilizadas pelos jovens brasileiros, o que ajuda a compreender a maneira como eles acessam, filtram e interpretam os acontecimentos que orientam sua visão de mundo e sua participação social. O gráfico abaixo evidencia as principais fontes de informação política utilizadas pelos jovens brasileiros.

**GRÁFICO 20****Meios de comunicação para buscar informações<sup>32</sup>**

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

**AS REDES SOCIAIS APARECEM COMO O CANAL PREDOMINANTE PARA BUSCAR INFORMAÇÕES, SENDO MENCIONADAS POR 57% DOS ENTREVISTADOS,**

**SEGUIDAS PELA TELEVISÃO (45%), QUE APESAR DO AVANÇO DA DIGITALIZAÇÃO AINDA MANTÉM UM PAPEL CENTRAL NO ACESSO À INFORMAÇÃO POLÍTICA, ESPECIALMENTE POR SUA PRESENÇA MASSIVA E ACESSIBILIDADE EM DIVERSAS REGIÕES DO PAÍS.**

<sup>32</sup> Pergunta: Quais meios de comunicação você usa para buscar informações sobre temas atuais e vinculados à política? Selecione os 3 principais.



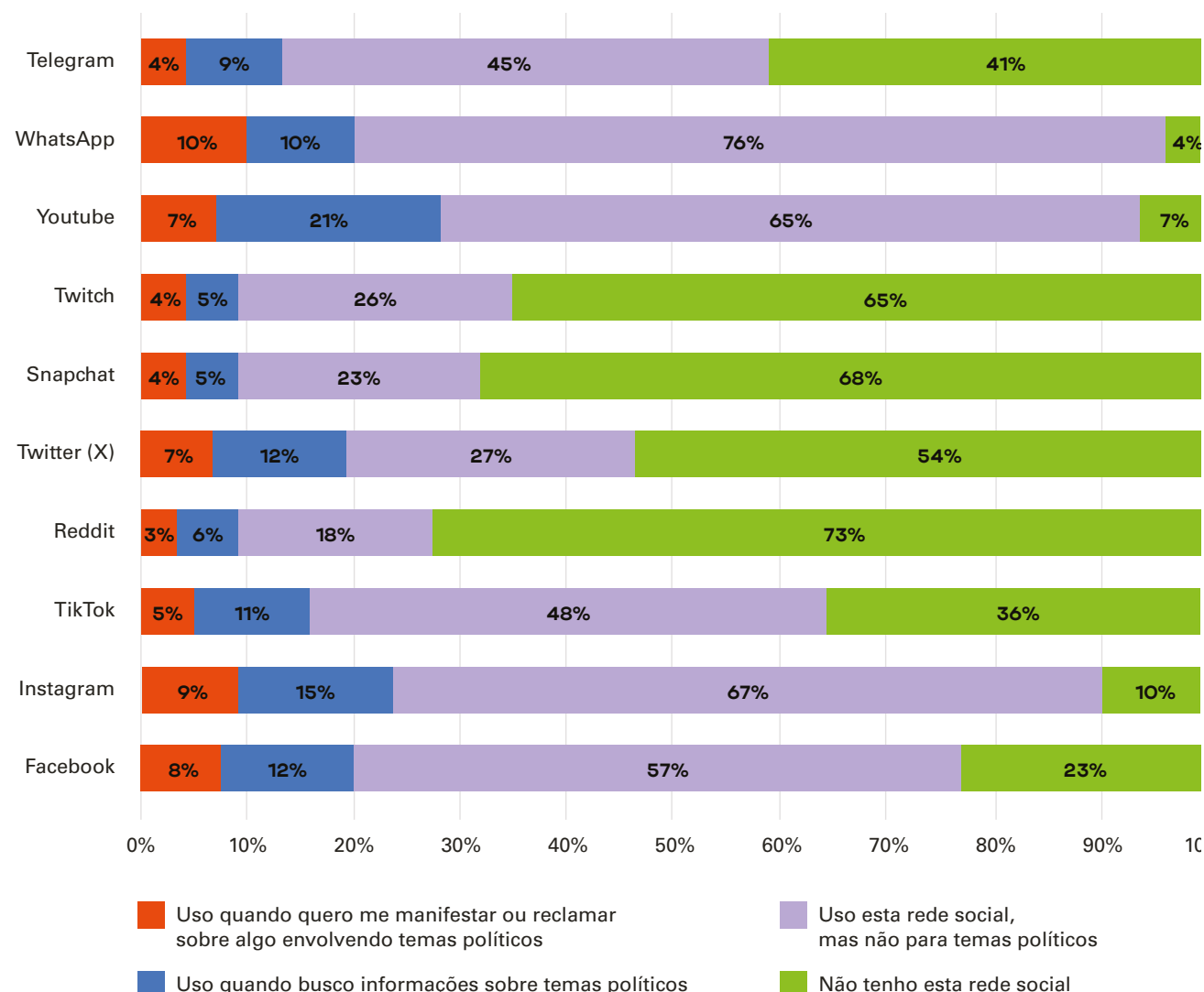
**PLATAFORMAS DIGITAIS COMO YOUTUBE (30%), WHATSAPP (25%) E OUTROS SITES NA INTERNET (24%) TAMBÉM SE DESTACAM, DEMONSTRANDO QUE A BUSCA POR INFORMAÇÃO ESTÁ CADA VEZ MAIS FRAGMENTADA E MEDIADA POR FERRAMENTAS ONLINE.**

Rádio (10%), Podcast (10%) e Jornais online (12%), ainda que apareçam com menores porcentagens, ainda se configuram como fontes de informação utilizada pelos jovens, no entanto, meios tradicionais como jornais impressos (2%) ocupam posições marginais, indicando a perda de espaço para novas formas de consumo. Esses dados reforçam o papel das redes sociais não apenas como espaço de sociabilidade, mas também como arena privilegiada de circulação de informações e disputas narrativas no campo político.

De forma mais detalhada, foi perguntado como os jovens usam diferentes redes sociais para temas relacionados à política. A pergunta apresenta quatro opções: uso da rede para se pronunciar ou reclamar sobre temas políticos, uso para buscar informações sobre temas políticos, uso da rede social, mas não para fins políticos e não uso da rede social. Cada plataforma (Facebook, Instagram, TikTok, Twitter/X, Snapchat, Twitch, YouTube, WhatsApp, Telegram) é representada separadamente, permitindo uma análise comparativa detalhada do comportamento político em redes sociais:



## GRÁFICO 21

Uso das redes sociais<sup>33</sup>

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

Segundo os dados, o que mais se destaca no Brasil é o uso elevado das redes sociais para fins não políticos, com percentuais significativos em plataformas como Facebook (57%), Instagram (67%), YouTube (65%), e WhatsApp (76%). Isso pode indicar que apesar da presença massiva dos jovens em redes sociais, o engajamento político direto nessas plataformas é limitado, indicando que elas ainda são vistas majoritariamente como

espaços de socialização ou entretenimento, em vez de ferramentas políticas. No entanto, é importante ressaltar que muitas atividades consideradas como não políticas na verdade tocam em temas que dizem respeito à coletividade, e por isso são políticas. Há uma certa associação da política com a esfera institucional que em geral é criticada. Por isso muitas vezes as juventudes dizem não fazer política enquanto a fazem de forma frequente.

<sup>33</sup> Pergunta: Há várias formas de se envolver na política. Na lista de ações a seguir, marque aquelas que você fez ou teria interesse de realizar em algum momento.

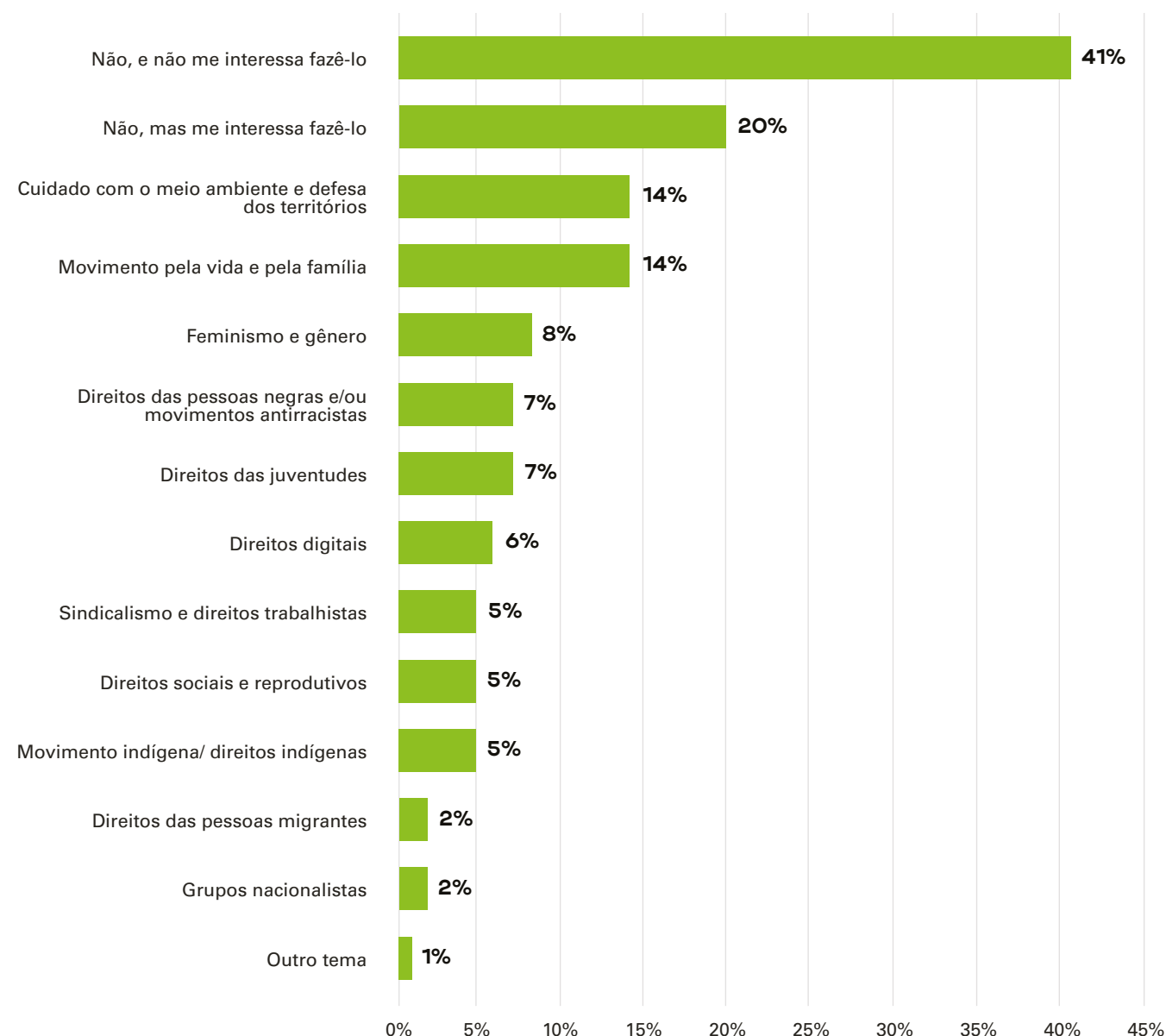
**OS DADOS TAMBÉM MOSTRAM QUE AS PLATAFORMAS MAIS UTILIZADAS PARA BUSCAR INFORMAÇÕES POLÍTICAS SÃO O YOUTUBE (21%), SEGUIDO PELO INSTAGRAM (15%), TWITTER/X (12%), FACEBOOK (12%) E TIK TOK (11%),**

**ENQUANTO O USO PARA SE PRONUNCIAR SOBRE POLÍTICA É CONSISTENTEMENTE BAIXO EM TODAS AS REDES, COM OS MAIORES PERCENTUAIS EM WHATSAPP (10%) E INSTAGRAM (9%).**

Isso sugere que os jovens brasileiros utilizam essas redes mais como fontes passivas de informação do que como canais de expressão política, o que pode refletir uma combinação de fatores, como falta de confiança em redes sociais para debates políticos ou preferências por outras formas de participação cívica. Além disso, a centralidade do YouTube evidencia o papel privilegiado dos conteúdos em vídeo como meio de informação política entre os jovens.

Perguntados sobre que causas foram mobilizadas nos últimos seis meses nas redes sociais, a resposta mais recorrente foi a não manifestação (Não e Não me interessa) em todos os países participantes. No Brasil 41% dos jovens se manifestaram, resultando na maior concentração nessa resposta, dentre os países pesquisados. Contudo, 20% optaram pela resposta “Não, mas me interessaria fazê-lo”, sendo a segunda de maior manifestação, conforme os dados apresentados no gráfico:



**GRÁFICO 22****Agendas mobilizadas nas redes sociais nos últimos 6 meses<sup>34</sup>**

Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

Dentre as agendas que mais mobilizaram os jovens destacam-se duas: o cuidado com o meio ambiente e a defesa dos territórios, e o movimento pela vida e pela família, ambas com 14%.

Em seguida, aparecem o feminismo e gênero (8%), os direitos das pessoas negras e/ou movimentos antirracistas (7%) e os direitos das juventudes (7%).

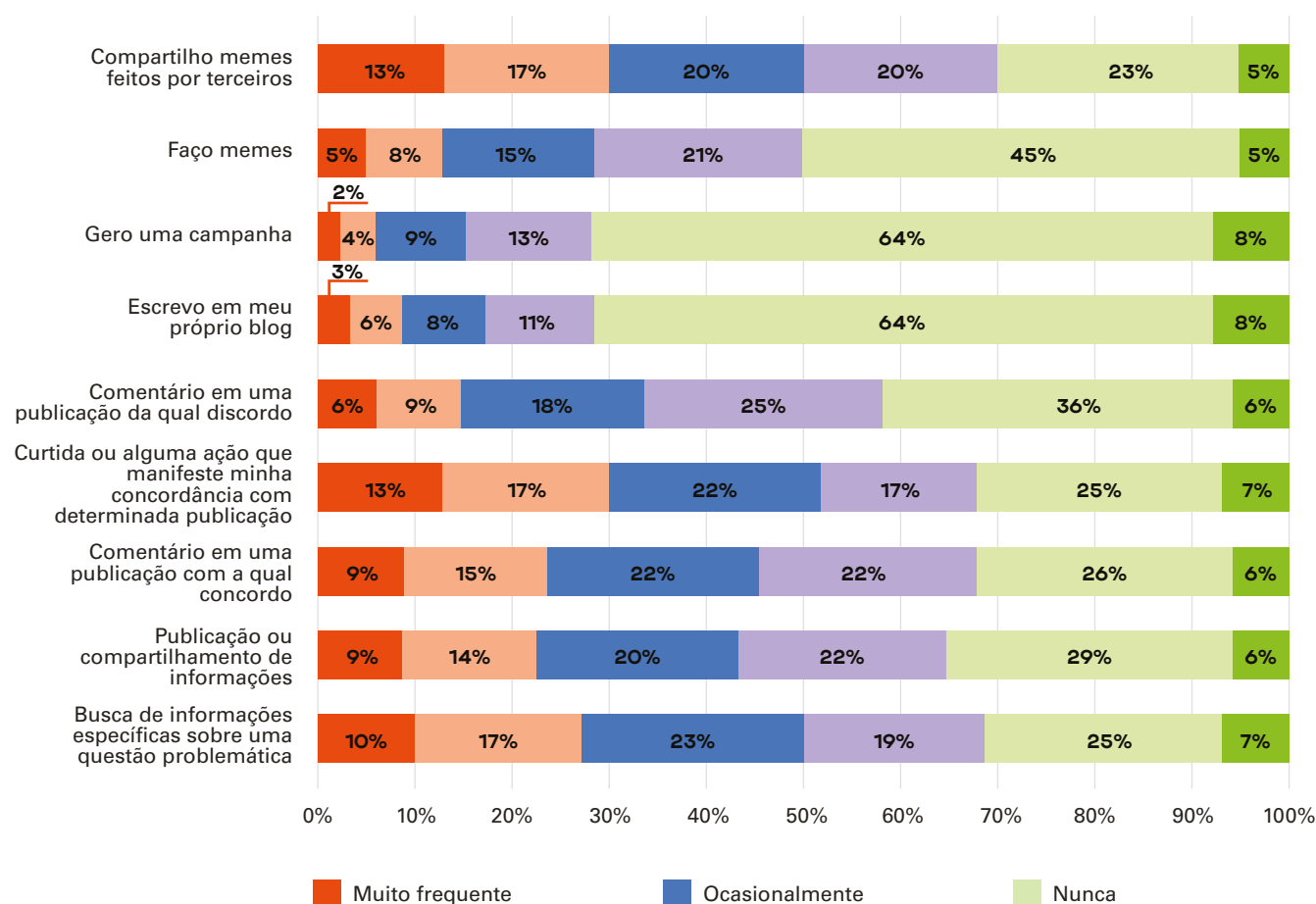
<sup>34</sup> Pergunta: Caso tenha se pronunciado nas redes sociais sobre alguma causa, por quais das seguintes opções você o fez nos últimos 6 meses?

Outras pautas, como direitos digitais (6%), sindicalismo e direitos trabalhistas (5%), direitos sociais e reprodutivos (5%) e movimentos indígenas (5%), apresentam menor adesão, enquanto direitos das pessoas migrantes e grupos nacionalistas aparecem de forma bastante residual, com apenas 2% cada. **Esses dados revelam tanto a diversidade de interesses quanto a predominância da não participação, ainda que exista uma parcela significativa de jovens que demonstram abertura para se engajar futuramente.**

Por fim, o bloco sobre comunicação apresenta dados sobre a frequência com que os jovens participam de atividades políticas em meios digitais. As categorias analisadas incluem buscar informações específicas sobre problemas, publicar ou compartilhar informações, interagir com publicações (curtir, comentar em concordância ou discordância), criar campanhas, escrever em blogs e fazer ou compartilhar memes. As respostas são classificadas em cinco níveis de frequência: muito frequente, frequente, ocasionalmente, raramente e nunca, conforme o Gráfico a seguir:

### GRÁFICO 23

#### Participação política em meios digitais



Fonte: Encuesta Juventudes: Asignatura Pendiente (FES, 2024)

O gráfico evidencia os diferentes modos de engajamento dos jovens nas redes sociais, revelando desde práticas mais simples e cotidianas, como curtir, compartilhar ou comentar publicações, até formas mais elaboradas de produção de conteúdo, como criar campanhas ou escrever em blogs. **A distribuição dos dados mostra que a participação tende a se concentrar em ações de fácil adesão e rápida circulação, enquanto atividades que demandam maior esforço criativo ou organizativo aparecem de forma bastante minoritária.**

Segundo os dados, 27% dos jovens frequentemente (10% muito frequente e 17% frequente) buscam informações específicas sobre questões problemáticas, enquanto 23% o fazem de modo ocasional. “Publicar ou compartilhar informações” e “compartilhar memes feitos por terceiros” é uma atividade que gera um certo engajamento, ainda que haja uma significativa porcentagem de jovens que nunca, ou raramente se envolvem nessas ações. No que tange aos comentários, os jovens tendem a comentar mais em publicações com as quais concordam, 24% dizem fazer frequentemente (9% muito frequente e 15% frequente) e 22% dizem fazer ocasionalmente e 26% disseram nunca fazer. Já em publicações com a qual discordam, somente 15% disseram fazer frequentemente (6% muito frequente e 9% frequente), 18% disseram fazer ocasionalmente e 36% disseram nunca fazer.

Quanto a criar campanhas, apenas 6% fazem isso frequentemente (2% muito frequente e 4% frequente) e 64% nunca participaram dessa atividade. Atividades mais criativas, como escrever blogs ou fazer memes, têm baixa adesão, com 64% e 45% dos jovens, respectivamente, nunca se engajando nessas práticas. O dado que chama a atenção é a prevalência de interações mais passivas, como curtir ou reagir a publicações (30% frequentemente e 22% ocasionalmente), em comparação com ações mais ativas, como criar campanhas ou escrever blogs. Isso indica que os jovens brasileiros tendem a se engajar com política de forma mais reativa do que proativa nas redes digitais, preferindo consumir e reagir ao conteúdo existente em vez de criar o próprio material.

O elevado percentual de jovens que raramente ou nunca participam em ações mais ativas sugere que, embora estejam presentes nas redes sociais, o envolvimento político digital ainda é limitado em termos de profundidade e iniciativa. Isso pode ser atribuído a fatores como falta de tempo, receio de exposição ou percepção de ineficácia dessas atividades para promover mudanças significativas.

Em suma, os temas valorizados na atuação nas redes sociais apontam um interesse em disputar direitos e, assim, um reconhecimento do papel do Estado, dos direitos humanos e individuais, bem como o acesso a políticas públicas como um direito. Ainda que não se possa fazer uma relação direta entre o avanço das políticas públicas de juventude, com a manifestação da agenda nas redes, a priorização consolida uma percepção de sujeito de direitos, com a defesa de seus direitos (Ribeiro, 2016; Dulci e Macedo, 2019; Castro, Oliveira e Rico, 2024). E, ainda, avanços importantes no entendimento de valores considerados progressistas de gênero, sexualidade e meio ambiente.

# CONCLUSÕES

O informe nacional da pesquisa **Juventudes: Um Desafio Pendente** revela a complexidade das percepções, demandas e mobilizações das juventudes brasileiras em um contexto de desigualdades sociais, econômicas e políticas. Apesar da insatisfação com a situação econômica e as condições do país, os jovens mantêm esperança em melhorias futuras, destacando a importância de investimentos em políticas públicas que garantam emprego, educação, saúde e segurança. Essa dualidade reflete o papel resiliente das juventudes no Brasil, mesmo em meio a desafios históricos e emergentes.

Os resultados mostram que a relação entre educação e trabalho continua central para as juventudes, mas os efeitos da precarização do mercado de trabalho e as reformas educacionais recentes têm comprometido a mobilidade social. Apesar de 67% avaliarem positivamente a educação recebida, a promessa de ascensão social por meio da escolaridade e do trabalho digno não se concretiza para muitos, em especial jovens negros, mulheres e pessoas de classes mais baixas. Apenas 29% dos jovens pretos e 32% dos jovens pardos disseram ter um trabalho estável, enquanto 45% dos jovens de classe baixa estão desempregados ou em busca de oportunidades. Esses dados evidenciam a persistência de desigualdades estruturais no acesso ao trabalho e aos direitos sociais.

Programas como o Pé de Meia e a retomada da Agenda Nacional para o Trabalho Decente para a Juventude são fundamentais, mas precisam ser complementados por políticas intersetoriais que atendam às especificidades e diversidades juvenis, conciliando educação, trabalho e vida comunitária.

Além disso, o crescimento do trabalho em plataformas exige novas formas de regulamentação para garantir direitos em um mercado cada vez mais precarizado.

A pesquisa também evidencia a importância da participação política das juventudes, ainda que limitada por barreiras como falta de tempo e descrença na efetividade da ação coletiva. Medos relacionados à repressão e ao julgamento social também inibem a participação, refletindo um legado de autoritarismo que ainda permeia as instituições brasileiras. Mesmo assim, as juventudes têm mostrado capacidade de organização e reivindicação, especialmente em redes sociais, onde temas como direitos humanos, diversidade sexual, igualdade de gênero e justiça ambiental encontram ampla adesão.

Nesse cenário, as juventudes articulam uma construção mais complexa sobre agendas políticas, combinando uma percepção clara do papel do Estado como promotor de políticas públicas e assegurador de direitos humanos com respeito à diversidade, ao mesmo tempo em que se posicionam em defesa de modelos conservadores, como a valorização da família heteronormativa e a defesa da gestão privada de serviços públicos. No Brasil, em especial, há intensa disputa de valores em torno da chamada “família tradicional”, associada à oposição a direitos sexuais e reprodutivos, o que fortalece a mobilização de agendas pró-vida e contrárias à legalização do aborto. Ao mesmo tempo, movimentos feministas e lutas pela equidade de gênero permanecem como campos de mobilização fundamentais. Essa disputa se materializa nas agendas políticas em torno de família, sexualidade e direitos reprodutivos,



refletindo a oscilação das políticas públicas no país ao longo dos últimos 20 anos, embora com avanços no reconhecimento dos direitos das mulheres, no combate à violência doméstica e ao feminicídio, e na defesa da equidade de gênero no trabalho e nos cuidados.

Apesar das divisões ideológicas, o estudo aponta para uma convergência em pautas progressistas, como taxação de grandes fortunas, regulamentação de mídias e combate às desigualdades. A defesa de um Estado democrático e inclusivo, capaz de garantir direitos básicos como educação e saúde, é um consenso entre jovens de diferentes espectros políticos. Os dados revelam, entretanto, que a maioria se identifica no centro do espectro ideológico (44%), seguida por 38% que se posicionam à direita, sendo 17% vinculados à extrema direita, e apenas 18% que se identificam com a esquerda. Essa distribuição mostra um distanciamento da polarização, mas também a relevância do campo conservador entre os jovens.

Segundo os dados, as mulheres tendem a se identificar mais com a esquerda e adotar visões progressistas, enquanto os homens aparecem mais alinhados à direita e a valores tradicionais. Nesse cenário, algumas agendas conservadoras ganham centralidade, ao lado da já mencionada pauta da família heteronormativa. Há também expressivo apoio a propostas de endurecimento penal, como a redução da maioridade e penas mais rigorosas, assim como maior adesão, entre os que se identificam à direita, à defesa de privatizações em áreas estratégicas. Esses resultados indicam que, embora exista forte adesão a direitos sociais e políticas redistributivas, temas ligados à moral sexual, à segurança pública e ao papel do Estado na economia constituem eixos de disputa que atravessam o campo das juventudes.

Os jovens brasileiros mostram-se atentos ao cenário político e social, utilizando redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp e YouTube tanto para entretenimento quanto para buscar informações políticas. O que chama a atenção é o predomínio de uma participação mais reativa,

como curtir ou compartilhar conteúdos, em detrimento de ações mais proativas, como criar campanhas ou produzir conteúdos originais. Embora temas como meio ambiente, direitos da juventude, feminismo e antirracismo estejam na pauta dos jovens, o engajamento direto e criativo é limitado, sugerindo que as redes são vistas mais como espaços de consumo de informações do que de mobilização efetiva. Essa dinâmica reflete um interesse significativo por direitos e justiça social, mas também aponta desafios relacionados à profundidade e iniciativa no engajamento político digital.

É importante destacar que o medo da censura e repressão, que ganhou força durante o governo Bolsonaro, impactou especialmente as juventudes de esquerda. Propostas como o “Escola Sem Partido” e a exclusão de temas como feminismo e desigualdades sociais das escolas contribuíram para um ambiente de cerceamento de ideias. Ainda assim, o feminismo foi um dos temas que mais mobilizou as juventudes nos últimos seis meses nas redes sociais, segundo as respostas à pesquisa. E a afirmação “O feminismo é uma ideologia que busca subjugar os homens” teve baixa concordância, ainda que expressiva, com 36%. Ao mesmo tempo, as juventudes enfrentaram dificuldades em se posicionar publicamente, devido ao risco de violência simbólica ou verbal, sobretudo em ambientes como escolas e redes sociais.

Ainda assim, os jovens têm desempenhado um papel transformador, pressionando por maior inclusão de mulheres, negros, indígenas e populações periféricas nas decisões coletivas. A percepção do papel dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas aponta, inclusive, um anseio de renovação dessas organizações para que assumam maior relevância entre as juventudes. Apesar do baixo engajamento institucional, os dados também revelam que uma parcela importante dos jovens manifesta interesse em se mobilizar futuramente, indicando um potencial de engajamento que pode ser ativado por meio de pautas conectadas à sua realidade.

Em suma, as juventudes brasileiras demonstram um equilíbrio entre esperança e luta em um cenário de desigualdades e desafios. Apesar das divisões ideológicas e dificuldades institucionais, os jovens têm desempenhado um papel crucial na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

No sentido de apontar caminhos futuros, é possível afirmar que a agenda política voltada às juventudes precisa incorporar mudanças estruturais. Em primeiro lugar, deve-se ampliar a participação democrática por meio de canais de comunicação acessíveis e espaços inclusivos de representação, capazes de superar o adultocentrismo e contemplar a diversidade de raça, gênero e classe.

Também é necessário fortalecer políticas públicas que assegurem direitos básicos, como educação, saúde e trabalho, com prioridade para os jovens em maior vulnerabilidade. Essa agenda deve ainda enfrentar as desigualdades estruturais com políticas afirmativas de combate ao racismo, apoio a coletivos e movimentos sociais e renovação do papel dos sindicatos na defesa dos direitos das juventudes. É indispensável promover valores democráticos e responder a posições extremistas contrárias aos direitos humanos, por meio de debates integradores, garantia da liberdade de expressão e estímulo à participação social em diferentes espaços institucionais e comunitários. Por fim, ressaltamos a importância de reconhecer as juventudes como sujeitos políticos plenos e de promover políticas públicas que dialoguem com suas demandas e experiências, passos essenciais para enfrentar os desafios atuais e construir um futuro mais justo e participativo.



# REFERÊNCIAS

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Atlas das Juventudes: panorama da população jovem no Brasil**. Coord. Marcelo Neri. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (Orgs.). Junho de 2013 – A Rebelião Fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARAÚJO, Rogério de Oliveira; PEREZ, Olívia Cristina. **Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia**. Revista Estudos de Sociologia de Araraquara, v.26 n.50 p.327-349, jan.-jun, 2021. Araraquara, 2021.

BENEVIDES, S. C. O.; MARTINS, T. J.; SILVA, M. F. da; PASSOS, A. Q. **Impeachment sem crime é golpe: considerações sobre o processo de deposição de Dilma Rousseff** in GONZÁLEZ, M. V. E.; CRUZ, D. U. da (Orgs.) Democracia na América Latina [recurso eletrônico]: democratização, tensões e aprendizados. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

BRASIL. ECOSOC. Comisión de Población y Desarrollo 47º período de sesiones Discurso S.E. Ministra Eleonora Menicucci Ministra de Estado de Políticas para las Mujeres. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/documentos-1/discurso-ministra-8-4.14>>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores - 2023**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atlas da violência, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/287/atlas-da-violencia-2024>>.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude (2014). Estatuto da Juventude: **Lei n.º 12.852**, de agosto de 2013. Brasília. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/estatuto-da-juventude>> .

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a.

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022b**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil chega à marca de 700 mil mortes por COVID-19**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BUTLER, Judith, **Parentesco é sempre tido como heterossexual?** in Cadernos Pagu (21) 2003: pp.219-260.

CANO, Ignacio e Arévalo, Bernardo. **Paz e Segurança Violência, Estado e Sociedade na América Latina**. Friedrich Ebert Stiftung, março 2020 Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17103.pdf>>.

CARDOSO, Adalberto M. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Seguimos no Furacão! Junho de 2013, por um balanço com as juventudes**. Revista Esquerda Petista, n. 15, setembro, 2023.

CASTRO, Elisa Guaraná de; **Representação Política das Juventudes no Brasil: jovens candidatos/as e eleitos/as para a Câmara dos Deputados 2014 – 2022**. Revista Estudos de Sociologia de Araraquara (RES). Araraquara:UNESP, nov. 2024.

CASTRO, Elisa. Guaraná de; OLIVEIRA, Raphaella. M. de; RICO, Thiago. C. **As Políticas Públicas para Juventude no Brasil - revendo a trajetória recente**. in LARA, René Unda; VÁZQUEZ, Melina; BERETTA, Diego; PEREZ, Olivia (orgs.) **Jóvenes, Estado y acción colectiva: lecturas generacionales de la política en el contexto pandémico**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Cuenca: Abya-Yala, Universidad Politécnica Salesiana, 2024.

CASTRO, Elisa Guaraná de; LIMA, Paloma Chaves; SOUZA, Tony; RODRIGUES, Larissa; SEIXAS, Luisa, GRASSELLI, Milena, SILVA, Pedro Henrique Silva, OLIVEIRA, Raphaella Miranda de, GONÇALVES, Rebeca. **Juventudes no Olho do Furacão e a representação na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2024. (Série Direitos Humanos).

CEPAL. **Panorama Social de América Latina y el Caribe La transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible - 2022**. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/entities/publication/3127437b-1e2e-4567-a532-dcfe5599954b>>.

COZACHCOW, Alejandro; BERETTA, Diego; LIGUORI, Mariana; León, Daniela; PEREYRA, Eduardo; PEROZZO, Wanda; COLOMBARI, Bruno. **Las Políticas de juventudes en América Latina y el Caribe en la Historia Reciente. Organismos, leyes y encuestas nacionales (1980-2019)** in LARA, René Unda; VÁZQUEZ, Melina; BERETTA, Diego; PEREZ, Olivia (orgs.) **Jóvenes, Estado y acción colectiva : lecturas generacionales de la política en el contexto pandémico**. Buenos Aires : CLACSO ; Cuenca: Abya-Yala, Universidad Politécnica Salesiana, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho**. [nov. - boletim especial]. São Paulo: Dieese, 2022.

DULCI, Luiza; MACEDO, Severine Carmem. **Quando a juventude torna-se agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma**. In: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luis (Orgs.). Juventude no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal**. Mediações, v. 13, n.1-2, jan-jun e jul.-dez. 2008, pp.

FONSECA, Fernanda. **34 países permitem casamento entre pessoas do mesmo sexo**.

Poder 360, 18 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-internacional/internacional/34-paises-permitem-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 17 out. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

FRASER, N. **“Reconhecimento Sem Ética?”** Revista Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. **“Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-Socialista”** in SOUZA, Jessé. Democracia Hoje: novos desafios para a política democrática contemporânea. Brasília, UNB, 2001. Ou cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2001.

FUNDACIÓN SM. **Pesquisa Juventudes no Brasil 2021**. BRENER, Ana Karina; PINHEIRO, Diógenes et al (Orgs). Disponível em: <<http://www.fundacion-sm.org/>> <<https://www.observatoriodelajuventud.org>>.

FUNDACIÓN SM. Observatorio de la Juventud en Iberoamérica. Disponível em: <<https://www.observatoriodelajuventud.org>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena**. Revista Diálogo Educacional. Curitiba: Champagnat e PUCPR, v.16, n.47, p. 125-146, jan-abr. 2016.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. **Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais**. Revista Direito GV. São Paulo: Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, v. 17, n. 3, E2136, p. 1-33, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6172202136>>.

GONZÁLEZ-ANLEO, Juan M.<sup>a</sup>; BONILLA, Martha Lucía Gutiérrez; ESCOBAR, Juan Raúl; RIBEIRO, Eliane; PERES, João Pedro da Silva; MORÍN, Lorenzo Gómez; CARRANO, Paulo; PEREIRA, Maria; ORTIZ, Mateo; REYES, Natalia. **Jóvenes en Iberoamérica**. Fundacion SM/Observatorio de la Juventud en Iberoamérica, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. In: GONZALEZ, Lélia. *Cultura Negra e Política Cultural no Brasil*. 1988.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília: MJSP, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>>. Acesso em: 17 out. 2024.

MACEDO, Severine. **12 anos da Política Nacional de Juventude**. Respeito pelos jovens e seus direitos. 2017. Disponível em: <<http://lula.com.br/12-anos-dapolitica-nacional-de-juventude-respeito-pelos-jovens-e-por-seus-dir>>

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Revista Sociedade e Estado, V. 32, N. 3, set. - dez. 2017. doi: 10.1590/s0102-69922017.3203004. Brasília: UNB, 2017.

Ministério da Igualdade Racial. **Informe MIR – Monitoramento e avaliação – nº 2** – Edição Mulheres Negras. Brasília: MIR, 2023.

MOISÉS, J. Á. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p. 11–43. São Paulo: ANPOCS, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NOVAES, Regina Reyes; RIBEIRO, Eliane. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2010.

OCDE. Relatório **Education at Glance, 2019**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/en/about/programmes/indicators-of-education-systems-programme.html>>

ORTIZ, Mateo; REYES, Natalia. **Jóvenes en Iberoamérica**. Fundacion SM - Observatorio de la Juventud en Iberoamérica, 2021.

PEREZ, Olívia Cristina. **Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013**. Izquierdas, v. 1, p. 1-16. Santiago, 2021.

PEREZ, Olivia Cristina; VÁZQUEZ, Melina; RIVAROLA, Dolores Rocca; LARA, René Unda. **JUVENTUDES DE DERECHA EN BRASIL, ARGENTINA Y ECUADOR “Entre el conservadurismo, el neoliberalismo y la antipolítica.”** in LARA, René Unda; VÁZQUEZ, Melina; BERETTA, Diego; PEREZ, Olivia (Orgs.) *Jóvenes, Estado y acción colectiva: lecturas generacionales de la política en el contexto pandémico*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO-; Cuenca: Abya-Yala, Universidad Politécnica Salesiana, 2024.

PEREZ, Olivia Cristina. **Brazilian Street Protests During The Covid-19 Pandemic**. OnePager, v. 1, p. 1, 2022.

- PEREZ, Olivia Cristina. **Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho**. Opinião Pública, v. 25, p. 258-256, 2019.
- PEREZ, Olivia Cristina; ARAÚJO, Rogério de Oliveira. **Gênero, Raça e Classe dos Eleitores Jovens Conservadores e Progressistas**. Revista Agenda Política. São Carlos: UFScar, 2024.
- PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene. **A quarta onda feminista no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 31, p. 1-13, 2023. Florianópolis: UFSC, 2023.
- PEREZ, Olivia Cristina; SOUZA, B. M. **Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar**. Educação e Pesquisa, v. 1, p. 1-19, 2020.
- PEREZ, Olivia Cristina *et al.* **Juventudes de direita em Brasil, Argentina e Equador: Entre o conservadorismo, o neoliberalismo e a antipolítica**. In: LARA, R. et al. Jóvenes, Estado y Acción Colectiva: Lecturas Generacionales de la Política en el Contexto Pandémico. Buenos Aires: CLACSO, 2024.
- PEREZ, Olivia Cristina. **Relação entre coletivos e as Jornadas de Junho**. Opinião Pública, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019.
- PIGNATARO, Ádrian; TREMIÑO, Ilka; CHAVARRÍA-MORA, Elias. **Democracia, apoyo ciudadano y nuevas generaciones frente al retroceso democrático en Centroamérica**. Anuario de Estudios Centroamericanos, Universidad de Costa Rica, Facultad de Ciencias Sociales Vol. 47, p.1-30, 2021. DOI: 10.15517/aeca.v47i0.49734. Disponível em: <<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/anuario/article/view/49734>>. Acesso em: 20 set. 2024.
- PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina Novaes (orgs.). **Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- RIBEIRO, Eliane (2016). Políticas de juventude no Brasil: conhecimento e percepção. In PINHEIRO, D. [et al] (Orgs) Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças /. – Rio de Janeiro : Unirio, 2016. Disponível em: <<https://polis.org.br/publicacoes/agenda-juventude-brasil-leituras-sobre-uma-decada-de-mudancas/>>.
- SEMÁN, Pablo. Introducción. **La piedra en el espejo de la ilusión progresista**. In: SEMÁN, Pablo (org.). Está entre nosotros: de dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir? Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2023.
- STABILE, Amanda. **Mapa do aborto na América Latina e Caribe: avanços e retrocessos**. NÓS, 8 de julho de 2022. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/mapa-do-aborto-na-america-latina-e-caribe-avancos-e-retrocessos/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2024.
- VÁZQUEZ, Melina, et al. 2021. **Acciones colectivas juveniles durante la pandemia: un estudio comparado sobre repertorios de acción, formas de organización interna y representaciones sobre la política: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, España y México, 2020-2021**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2021.



## AUTORES

### Elisa Guaraná de Castro

Doutora em Antropologia Social. Professora Titular da UFRRJ.

### Olívia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política. Professora Adjunta da UFPI.

### Severine Macedo

Doutora em Educação e Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UERJ.

### Willian Habermann

Mestre em Economia Política Mundial. Diretor de projetos na FES Brasil.

### Citação:

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine; PEREZ, Olivia Cristina; HABERMANN, Willian.

**Juventudes: Um Desafio Pendente - Uma análise sobre democracia, participação e posicionamento político das juventudes no Brasil.** Em Juventudes: Signatura Pendiente - Encuesta sobre participación y actitudes políticas de las juventudes en América Latina y el Caribe. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2025.

## FICHA TÉCNICA

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313 01311-931 • São Paulo • SP • Brasil

### Responsáveis

#### Brasil:

Jan Souverein, Representante FES Brasil  
Willian Habermann, Diretor de projetos

#### Coordenação Regional:

Constantin Groll, Representante FES Ecuador  
Anabel Bilbao García, Coordenação do Projeto  
Camila Rodríguez, Assistente do projeto e analista de dados

#### Coordenação Nacional:

Willian Habermann, Diretor de projetos

#### Diagramação:

Estúdio Verbo (Nina Mattos)

#### Para solicitar publicações:

fesbrasil@fes.de

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

Os resultados da pesquisa são representativos em nível nacional. Juntamente com os dados dos outros países da região, eles oferecem uma visão comparativa sobre a juventude.

Outubro, 2025  
Friedrich-Ebert-Stiftung e.V.

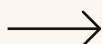
**ISBN 978-65-83333-29-2**



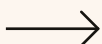
# Juven- tudes

• UM DESAFIO  
• PENDENTE

## ANÁLISE DOS RESULTADOS DO BRASIL

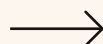


Uma das principais linhas de ação da Friedrich Ebert Stiftung é o trabalho com jovens políticos em nível nacional, regional e global. **Juventudes: Um Desafio Pendente** é um projeto regional da FES na América Latina e no Caribe que tem como objetivo levantar dados e informações sólidas e atualizadas sobre a participação, os posicionamentos e as demandas políticas das juventudes na região.



No âmbito deste projeto, entre janeiro e fevereiro de 2024, foi realizada uma pesquisa com cerca de 22.000 jovens em 14 países da região, utilizando a metodologia de painéis web, executada pela empresa YouGov.

Os países participantes foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.



O questionário aplicado em cada país contém perguntas específicas destinadas a conhecer as formas, modos e motivações de participação na política, posicionamento em relação a questões atuais, bem como a percepção da democracia e o uso das redes sociais para a política.

Este relatório apresenta uma análise dos resultados da pesquisa para o **Brasil**.

O RELATÓRIO COM A ANÁLISE DOS DADOS REGIONAIS,  
VISUALIZADORES DE DADOS E MAIS INFORMAÇÕES  
SOBRE O PROJETO ESTÁ DISPONÍVEL EM:

[JUVENTUDES.FES.ORG](https://juventudesfes.org)



Friedrich  
Ebert   
Stiftung